



Rua XV de Novembro, 1155, Sala 1605, Centro  
Curitiba, Paraná, Brasil (80.060-000)  
Vanilda Rosângela de Souza  
[vanilda.souza@sysflor.com.br](mailto:vanilda.souza@sysflor.com.br)

# RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DO MANEJO FLORESTAL E DA CADEIA DE CUSTÓDIA DESDE A FLORESTA ATÉ A SAÍDA DO PRODUTO DA EMPRESA

**Bracell SP Celulose Ltda.**

**SYS-FM/CERFLOR-0009**

Rodovia Juliano Lorenzetti, s/n, Km 04,  
CEP 18.685-901, Lençóis Paulista - São Paulo, Brasil.  
Ariel Evandro Fossa – [afossa@bracell.com](mailto:afossa@bracell.com)  
[www.bracell.com](http://www.bracell.com)

DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE ATÉ
18/ dezembro/2018	17/ dezembro/2023

DATA DA AUDITORIA DE CAMPO
30 novembro a 03/dezembro/2020
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO
21/maio/2021

## Organização do relatório

Este relatório corresponde ao resultado da avaliação de monitoramento pela equipe de auditores e está dividido em duas seções. Na seção A, está o Resumo Público e as informações básicas requeridas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – CERFLOR/ Programa Brasileiro de Certificação Florestal). Esta seção é disponibilizada ao público em geral e tem o objetivo de proporcionar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais, do plano de ação em relação às florestas e do resultado final da avaliação. A seção A será disponibilizada por e-mail sempre que solicitada e também está disponível para consulta no website da Sysflor ([www.sysflor.com.br](http://www.sysflor.com.br)). A seção B contém as informações mais detalhadas para o uso do Empreendimento de Manejo Florestal - EMF

## PREFÁCIO

Ciclo de auditorias de supervisão anuais			
<input type="checkbox"/> 1ª auditoria anual	<input checked="" type="checkbox"/> 2ª auditoria anual	<input type="checkbox"/> 3ª auditoria anual	<input type="checkbox"/> 4ª auditoria anual
<b>Nome da Empresa de Gestão e abreviação usada nesse relatório:</b>			
Bracell SP Celulose Ltda, Bracell ou EMF.			

A Sysflor é um organismo de avaliação independente, acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre) para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal, sob o sistema de certificação do CERFLOR. Os Empreendimentos de Manejo Florestal (EMF) que cumprirem os padrões de manejo florestal podem ser certificados e usar o logotipo do CERFLOR para fins de mercado, com supervisão regular da Sysflor. Assim, todos os certificados emitidos pela Sysflor, com base nos requisitos do Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR), requerem auditorias de supervisão anuais para assegurar a continuidade da conformidade com os requisitos e os padrões de certificação. Com isso, o objetivo da auditoria de supervisão anual é:

- Monitorar a conformidade por meio da avaliação da implementação, incluindo a eficácia, do sistema de gestão do cliente, e identificar áreas de possíveis melhorias, considerando as mudanças ocorridas no detentor do certificado e em seu sistema de gestão.
- Manter a confiança de que o sistema de gestão certificado do cliente continua a atender os requisitos entre as auditorias de recertificação.

A auditoria é baseada em um processo de amostragem da informação disponível. Um resumo público da avaliação inicial está disponível por e-mail, sempre que solicitado e também está disponível para consulta no website da Sysflor ([www.sysflor.com.br](http://www.sysflor.com.br)).

Os critérios de auditoria são utilizados como referência para determinação da conformidade e consideram:

- Os requisitos estabelecidos nas normas de certificação CERFLOR aplicáveis;
- Os processos definidos e a documentação do sistema de gestão desenvolvido pelo cliente.

De acordo com as diretrizes do INMETRO e da SYSFLOR, auditorias anuais/de supervisão não têm a intenção de examinar, por completo, todo o escopo das operações florestais certificadas, visto que o custo da auditoria de todo o escopo seria inviável. Ao invés disso, as auditorias anuais compreendem três componentes principais:

- Uma avaliação focada no tratamento de qualquer condição ou Não Conformidade pendente (veja resumo dessas Não Conformidades na seção 4.0 desse relatório e, suas posições finais resultantes dessa auditoria anual, no relatório de Não Conformidades, apresentado em arquivo separado);
- Averiguação de acompanhamento de qualquer questão que tenha surgido desde a concessão do certificado ou, antes da auditoria de supervisão; e
- Foco adicional, se necessário, para cobertura de tópicos ou assuntos selecionados, associados aos dois primeiros componentes, desconhecidos pelo detentor do certificado antes da auditoria.

## SUMÁRIO

SEÇÃO A – RESUMO PÚBLICO .....	4
1. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO .....	4
1.1. Equipe da Auditoria Anual .....	4
1.2. Tempo total dedicado à avaliação .....	5
1.3 Padrões utilizados .....	5
1.3.1 Padrões aplicáveis credenciados pelo INMETRO.....	5
1.3.2 Padrões utilizados em auditorias combinadas .....	5
1.4. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF) .....	5
2. CRONOGRAMA E ATIVIDADES DA AUDITORIA ANUAL .....	6
3. MUDANÇAS NAS PRÁTICAS DE MANEJO .....	9
4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO.....	9
4.1 Descrição das Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria Existentes .....	9
4.2 Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria.....	17
5. COMENTÁRIOS DE PARTES INTERESSADAS .....	23
5.1 Grupos de Partes Interessadas Consultadas.....	23
5.2 Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe onde aplicáveis ...	23
6. DECISÃO DE CERTIFICAÇÃO .....	26
7. MUDANÇAS NO ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO.....	27
8. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE DADOS .....	48
8.1 Informação Social.....	48
8.1.1 Dados dos colaboradores e registros de acidentes .....	48
8.1.2 Caracterização do contexto socioeconômico da UMF.....	48
8.2 Resumo anual do uso de pesticidas e de outros produtos químicos .....	48

## SEÇÃO A – RESUMO PÚBLICO

### 1. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO

#### 1.1. Equipe da Auditoria Anual

<b>Nome do Auditor:</b>	Mauricio C. Nadolny	<b>Função do Auditor:</b>	Auditor líder
<b>Qualificações:</b> Engenheiro Florestal e Mestre em Manejo Florestal pela UFPR, Curitiba, Paraná e MBA Executivo em Administração de Empresas e Negócios pela FGV, Curitiba, Paraná. Atuou durante 23 anos em empresas nacionais e multinacionais nas áreas de geoprocessamento, implantação e manejo florestal, inventário florestal, planejamento florestal, operações florestais – silvicultura e colheita, suprimento de madeira e certificação. Exerceu cargos de Supervisor de Silvicultura e Colheita, Gerente de Suprimento de Madeira e Implantação Florestal e Gerente de Suprimentos Florestais. Foi coordenador de implantação da Certificação FSC de Manejo Florestal e Cadeia de Custódia em empresas de base florestal. Atualmente é auditor pela SCS/SYSFLOR nos processos de Certificação FSC e CERFLOR em Manejo Florestal e Cadeia de Custódia.			
<b>Nome do Auditor:</b>	Luiz Carlos Mudri	<b>Função do Auditor:</b>	Auditor Membro de equipe
<b>Qualificações:</b> Engenheiro florestal pela UFSM de Santa Maria – RS e Engenheiro de Segurança do Trabalho da UTFPR - Ponta Grossa – PR. Atuou como Gestor de Operações Florestais em empresas multinacional e nacional, área de Abastecimento de madeira (Colheita, baldeio, estradas, transporte florestal e alimentação de pátio de madeira). Foi coordenador de Abastecimento de 1995 a 2007 e gerente de Operações Florestais de 2007 a 2013 de empresas do setor florestal. Atuou como auditor interno nas áreas de qualidade (ISO 9001), segurança (OHSAS 18001); FSC (manejo de florestas e cadeia de custódia) e meio ambiente (ISO 14001). Atualmente é consultor florestal e de segurança do trabalho de empresas florestais além de auditor pela SCS/SYSFLOR nos processos de Certificação FSC.			
<b>Nome do Auditor:</b>	Rosinês Luciana da Motta	<b>Função do Auditor:</b>	Auditor Membro de equipe
<b>Qualificações:</b> Bióloga, graduada na Universidade Estadual Paulista (UNESP) - São José do Rio Preto (1989-1992), possui mestrado e doutorado em Ciências Biológicas na área de Zoologia pela UNESP – Botucatu. Foi professora universitária (1998-2011), desenvolvendo pesquisas na área de ecologia de comunidades e ecossistemas. Publicou vários trabalhos em revistas indexadas nacionais, internacionais e congressos. Participou de bancas de graduação, mestrado e doutorado, ministrou cursos e treinamentos, tendo orientado diversos trabalhos ecológicos de conclusão de curso. Foi Diretora Pedagógica do Ensino Superior e Diretora de Centro Ambiental (Área de Soltura e Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres - CETAS). Foi bolsista RHAECNPq do Programa Pesquisador na Empresa (2011-2013), para reestruturação do programa de monitoramento de pragas e doenças do eucalipto. Ministra diversos treinamentos na área de proteção florestal. É autora de diversos manuais publicados para identificação em campo das principais pragas, doenças, formigas cortadeiras e ervas daninhas que ocorrem no eucalipto no Brasil. É consultora na área ambiental. Participou do Curso da ISO 9001 (Sistema de Gestão de Qualidade) e atua na Certificação FSC pela SCS/Sysflor desde 2017.			
<b>Nome do Auditor:</b>	Rossynara Marques	<b>Função do Auditor:</b>	Auditor Membro de equipe
<b>Qualificações:</b> Engenheira Florestal, formada pelo Instituto de Tecnologia da Amazônia, pós-graduada em engenharia ambiental pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. cursando MBA Governança, Riscos e Compliance pelo Instituto ESP. Auditora Líder do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008. Tem experiência como auditora líder na aplicação dos Padrões de Certificação FSC e CERFLOR de florestas nativas e plantadas e de cadeia de custódia, tendo realizado trabalhos, desde 2007. Tem também atuado como auditora processo de CCB Standards (The Climate, Community & Biodiversity Standards). Tem experiência em preparação de empreendimentos florestais para os processos de certificação florestal FSC e CERFLOR e em Certificação de Responsabilidade Social			

Corporativa (Programa For Life) e de Certificação Orgânica para empresas de processamento do fruto de açaí.			
<b>Nome do Auditor:</b>	Rosemeri Segecin Moro	<b>Função do Auditor:</b>	Auditor Membro de equipe
<b>Qualificações:</b> Doutora em Biologia Vegetal pela UNESP-Rio Claro e Pós-doutora em Conservação da Natureza pela Escola de Floresta da UFPR. É docente do Programa de Pós-graduação em Geografia (doutorado e mestrado) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Foi professora visitante do Programa de Pos-graduação em Ecologia da Universidad de Antioquia, na Colômbia, e participou de diversas visitas técnicas nos Estados Unidos, Portugal e Suécia. Desenvolveu projetos na área ambiental, financiados pela Fundação Araucária, Fundação O Boticário e CNPq, e mantém convênios para pesquisa em Conservação com a Universidad Autonoma de Madrid (UAM), Universidad Austral de Chile (UACH) e de Ciudad Juárez (UACJ, México), ICMBio, entre outros. Integrou equipes para elaboração de Planos de Manejos de Unidades de Conservação e de Planos Diretores municipais no Paraná, bem como participou do Conselho Gestor de diversas unidades de conservação. Auditor líder em ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e Auditor líder da Qualidade ISO 9001:2015. Auditora Credenciada pelo FSC para Certificação de Manejo Florestal; auditora do Sistema de Certificação Florestal CERFLOR.			

### 1.2. Tempo total dedicado à avaliação

A. Número de dias dedicado à avaliação do requerente:	04
B. Número de auditores participantes na avaliação:	05
C. Dias adicionais dedicados à preparação, consulta às partes interessadas e acompanhamento pós-auditoria:	02
<b>D. Número total de homens/dia utilizado na avaliação:</b>	<b>22</b>

### 1.3 Padrões utilizados

#### 1.3.1 Padrões aplicáveis credenciados pelo INMETRO

Título do padrão	Versão	Data da Finalização
ABNT NBR 14789:2012 – Manejo florestal sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais.	3ª Edição	12 de dezembro de 2012
Portaria do Inmetro nº 547	-	25 de outubro de 2012

#### 1.3.2 Padrões utilizados em auditorias combinadas

<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável. Não foi realizada uma auditoria combinada.
---

### 1.4. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)

<b>Escopo da Acreditação</b>	A Sysflor Certificações Florestais está acreditada pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre) para realização de processos de certificação de manejo florestal com base nas normas ABNT NBR 14789:2012 e ABNT NBR 15789:2013, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo acreditador.
<b>Histórico da Sysflor</b>	A Sysflor foi fundada em 2007, com o objetivo de representar uma certificadora americana no desenvolvimento de projetos de avaliação independente para a certificação de manejo florestal e cadeia de custódia. A partir de 2008 vários outros programas passaram a ser fornecidos através da Sysflor, tais como verificação e validação de projetos de carbono,

	<p>verificação de legalidade (LHV), certificação de biocombustíveis (ISCC, RSB e Bonsucro).</p> <p>Em maio de 2014 a Sysflor recebeu a acreditação, pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE) do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), para atuar como Organismo de Certificação Florestal (OCF) na certificação de manejo de plantações florestais CERFLOR, com base na norma ABNT NBR 14789. Em junho de 2015 recebeu acreditação, pelo mesmo organismo, para realização de Auditorias Florestais Independentes (AFI) e, em julho do mesmo ano, foi acreditada para a certificação de manejo de nativas CERFLOR, com base na norma ABNT NBR 15789.</p> <p>A Sysflor conta com uma equipe multidisciplinar de auditores locados em várias regiões do Brasil e vários clientes de manejo florestal e cadeia de custódia.</p>
<b>Responsável pela Sysflor</b>	Vanilda Rosângela de Souza – Diretora
<b>Dados para Contato</b>	<p>Endereço: Rua XV de Novembro, 1155, Sala 1605, Centro, Curitiba, Paraná, Brasil (80.060-000)</p> <p>Telefone: 55 (41) 3344-5061</p> <p>E-mail: <a href="mailto:vanilda.souza@sysflor.com.br">vanilda.souza@sysflor.com.br</a></p> <p>Website: <a href="http://www.sysflor.com.br">www.sysflor.com.br</a></p>

## 2. CRONOGRAMA E ATIVIDADES DA AUDITORIA ANUAL

<b>Data: 30/nov./2020</b>	
<b>UMF/Local/ sítios visitados</b>	<b>Atividades/ notas</b>
Escritório EMF, Lençóis Paulista, SP e sala do Teams.	<p>Reunião de abertura: Apresentação, atualização do cliente, introdução/atualização sobre os padrões e protocolos do Cerflor e da SysFlor, revisão de NC/OM, seleção final de sites;</p> <p>Seleção dos locais a serem avaliados e agendamento de pessoal a ser entrevistado;</p> <p>Checagem das ações adotadas para as não conformidades e observações abertas;</p> <p>Reunião com RH e Segurança do Trabalho, avaliação de documentos próprios e Terceiros;</p> <p>Verificação de documentos e registros.</p>
Inspeção de campo: Fazenda Santa Izabel II, Agudos – SP.	<p>Vistoria da Atividade de Silvicultura Adubação Manual:</p> <p>Inspeção na área de vivência;</p> <p>Condições de Saúde e Segurança dos Trabalhadores;</p> <p>Entrevistas com colaboradores;</p> <p>Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL);</p> <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
<b>Data: 01/dez./2020</b>	
<b>UMF/Local/ sítios visitados</b>	<b>Atividades/ notas</b>
Inspeção de campo – Fazenda Luciana e Fazenda Jamaica II (Aumento de escopo), Região de Pirajuí – SP.	<p>Vistoria em atividades operacionais adubação mecanizada na Fazenda Jamaica II (talhão 04);</p> <p>Vistoria de área do aumento de escopo na Fazenda Jamaica II;</p> <p>Vistoria da área da Fazenda Luciana;</p> <p>Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço;</p>

	<p>Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador;  Verificação do estado de conservação das estradas e acessos;  Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs;  Verificação de documentos dos trabalhadores;  Verificação de mapas versus verdade terrestre;  Consulta pública às comunidades locais.</p>
<p>Inspeção de campo –  Fazendas Casa da Rocha  (Aumento de escopo), Região  de Presidente Alves –SP.</p>	<p>Vistoria em atividades operacionais de combate à formiga -  mecanizado;  Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço;  Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador;  Verificação do estado de conservação das estradas e acessos;  Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs;  Verificação de documentos dos trabalhadores;  Verificação de mapas versus verdade terrestre.</p>
<p>Inspeção de campo –  Fazendas São João da Bela  Vista IV, Região de  Presidente Alves –SP.</p>	<p>Vistoria em atividades operacionais aplicação de herbicida – EPS de  silvicultura Talhão 009;  Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço;  Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador;  Verificação do estado de conservação das estradas e acessos;  Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e  APPs;  Verificação de documentos dos trabalhadores;  Verificação de mapas versus verdade terrestre.</p>
<p>Sala de reunião no Teams  (remota)</p>	<p>Entrevista com o setor de geoprocessamento;  Verificação de documentos e registros (off-line e esclarecimento de  pendências por WhatsApp).</p>
<p>Inspeções de Campo –  Fazenda São Domingos II,  Piratininga, SP.</p>	<p>Vistoria em operação de aplicação mecanizada de herbicida – barra  protegida:  Entrevista com colaboradores;  Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de  trabalho;  Checagem do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL);  Averiguação das condições das estradas e aceiros;  Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
<p>Inspeções de Campo –  Fazenda Santa Luzia  (Aumento de escopo),  Paulistânia, SP.</p>	<p>Inspeção em fazenda avaliada para aumento de escopo.  Verificação de placas de identificação e acesso;  Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL);  Verificação das condições das estradas e aceiros;  Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
<p>Inspeções de Campo –  Fazenda Santa Rosa, Lençóis  Paulista, SP. (compra de  madeira em pé de terceiros,  operação própria)</p>	<p>Vistoria em operação de carregamento:  Entrevista com colaboradores;  Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho.</p>
<p>Localidade Brasília Paulista,  município de Piratininga, SP.</p>	<p>Consulta pública à vizinho confrontante da UMF.</p>

Inspeção de Campo: Fazenda Indiana II, Botucatu, SP	Vistoria da Atividade de Silvicultura Coroamento Manual e Plantio Manual; Inspeção na área de vivência; Condições de Saúde e Segurança dos Trabalhadores; Entrevistas com colaboradores; Verificação do estado de conservação das estradas; Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL).
Inspeção de Campo: Fazenda Santa Cruz do Monte Belo, Anhembi, SP.	Vistoria da Atividade de Silvicultura Herbicida Mecanizado; Inspeção na área de vivência; Condições de Saúde e Segurança dos Trabalhadores; Entrevistas com colaboradores; Preparação de calda, produtos utilizados, transporte; condições de armazenamento; Verificação do estado de conservação das estradas; Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL).
Inspeção de Campo: Fazenda Alambari II, Anhembi, SP.	Verificação do estado de conservação das estradas; Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); Verificação verdade terrestre x mapas.
Inspeção de Campo: Fazenda Barreiro Rico II (Glebas A, B, C e D), Anhembi, SP.	Verificação do estado de conservação das estradas; Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); Verificação de recursos hídricos; Verificação de mapas vs verdade terrestre; Verificação de exóticas em áreas de conservação.
<b>Data: 02/dez./2020</b>	
<b>UMF/Local/ sítios visitados</b>	<b>Atividades/ notas</b>
Escritório do EMF; Região de Lençóis Paulista - SP.	Verificação de documentos e registros; Entrevistas com colaboradores; Entrevista com Gerente de Silvicultura, Coordenador de Desenvolvimento Operacional; Gerente de Pesquisa e manejo e Gerente de Colheita.
Região de Lençóis Paulista, SP.	Consulta Pública à comunidade local.
Lençóis Paulista, SP.	Consulta Pública à sindicato representante dos trabalhadores.
Sala de reunião no Teams (remota)	Verificação documental: Planos de manejo e Resumo Público, Relatórios de Gestão Social. Entrevistas com trabalhadores. Entrevista com colaboradores: coordenador de negócios, coordenador de geoprocessamento, especialista de ecofisiologia, especialista de solos. Entrevista com a Coordenação Jurídica da empresa. Verificação de documentos e registros (off-line e esclarecimento de pendências por WhatsApp).
<b>Data: 03/dez./2020</b>	
<b>UMF/Local/ sítios visitados</b>	<b>Atividades/ notas</b>
Escritório do EMF, Região de Lençóis Paulista - SP.	Verificação de documentos e registros; Entrevistas com colaboradores.
-Skype (remota)	Consulta pública com órgão público municipal.



WhatsApp e e-mail (remota)	Apresentação de evidências adicionais.
Sala de reuniões do Teams (remota)	Verificação documental das questões fundiárias relacionadas as comunidades locais e vizinhos. Entrevista com trabalhadores e esclarecimentos de pendências de informações.
Fazendas 2T, Santa Rosa IV, Tangará e Jacutinga II	Consulta Pública com vizinhos da UMF.
INCRA/SP	Consulta Pública.
Escritório do EMF, Leãois Paulista - SP.	Preparação da Reunião de Encerramento: auditor consolidou notas, deliberou e confirmou as conclusões da auditoria.
Escritório do EMF, Leãois Paulista - SP e Sala de reunião do Teams	Reunião de Encerramento: revisão das constatações preliminares (potenciais não conformidades e observações) e discussão das próximas etapas.

### 3. MUDANÇAS NAS PRÁTICAS DE MANEJO

<input checked="" type="checkbox"/>	Não foram identificadas mudanças no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera.
<b>Descreva as mudanças identificadas:</b>	
<input type="checkbox"/>	As mudanças identificadas não são significativas no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera.
<input type="checkbox"/>	As mudanças identificadas são significativas no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera, dessa forma, recomenda-se que uma auditoria especial ou uma auditoria fase 1 (na recertificação) seja realizada.

### 4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

#### 4.1 Descrição das Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria Existentes

<b>Constatação Número: 2019-01</b>	
<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es)</b> <b>Cerflor:</b>	3.2.h)
<b>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> O EMF apresentou um estudo demonstrando que não ocorreu conversão de vegetação nativa em plantações nas novas áreas do escopo. Porém, foi verificado que ocorreram algumas divergências entre as imagens de satélites utilizadas na análise e a descrição do laudo técnico apresentado pela empresa nos seguintes itens: 1) data do satélite; 2) satélite utilizado e/ou; 3) nome da propriedade.	

Exemplos de laudos que apresentaram divergências: fazendas Coqueiral, Ômega, Paraná, São José, Santa Rosa e Santa Luzia.			
<b>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> Estudo de conversão;			
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>			
<b>Ação Imediata</b> <i>(quando aplicável)</i>	Como ação imediata para tratativa da Não Conformidade apontada foi realizada reunião com a equipe responsável pela elaboração dos laudos para entendimento do problema.		
<b>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</b>	Utilizou-se o método dos “5 Porquês” para realizar análise de causa raiz da não conformidade e concluiu-se que devido ao projeto de expansão, quando os laudos foram elaborados, havia apenas uma pessoa responsável, havendo assim sobrecarga de tarefas e comprometimento da qualidade do trabalho. No entanto, houve aumento da equipe para atendimento da nova demanda.		
<b>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria)</b> <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	Durante a análise da causa raiz, ações foram identificadas para correção da não conformidade apontada, sendo elas: - Estabelecer padrão dos documentos (avaliação das imagens e laudo) e fluxo de revisão; - Treinamento da equipe; - Revisão dos laudos emitidos das áreas de aumento de escopo da auditoria de 2019.		
<b>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria)</b> <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	O Quê	Quem	Quando
	Estabelecer padrão dos documentos	Coordenação de Terras	Dez/2019
	Treinamento	Coordenação de Terras	Dez/2019
	Revisão dos laudos	Coordenação de Terras	Dez/2019
<b>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima):</i>		
<b>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):		
<b>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</b>	As evidências da implementação da ação corretiva são: 1) Lista de presença da reunião para definição da ação corretiva; 2) Lista de colaboradores contratados; 3) Lista de presença de treinamento; 4) Laudos 2019 revisados (citados nesta NC); 5) Procedimento e fluxo de revisão dos laudos (padrão documental).		
<b>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</b>	O EMF identificou a causa raiz da não conformidade e adotou e implementou uma série de ações corretivas: 1) reunião de avaliação com a equipe responsável pela elaboração dos laudos de não conversão da vegetação nativa em áreas de florestas plantadas (“ <i>Lista de presença da equipe responsável</i> , datada de 29/11/2019”); 2) realizou a contratação de colaboradores visando a melhoria na elaboração dos laudos (“ <i>Lista de Analistas x Data de Admissão</i> ”);		

	<p>3) realizou o treinamento da equipe de analistas de geoprocessamento contratados para execução da atividade;</p> <p>4) realizou a revisão dos laudos citados na não conformidade; e</p> <p>5) criou um procedimento para revisão dos laudos emitidos, no qual contempla um fluxograma que determina a análise dos dados realizada pelo analista em geoprocessamento, com a revisão executada pelo especialista na área, seguido pelo gerente da área.</p> <p>Além disso, foi desenvolvido um modelo para emissão do laudo técnico (“<i>Lauda técnico de avaliação de desmatamento</i>”) para as áreas de manejo.</p> <p>Foram apresentados os laudos técnicos das áreas Coqueiral, Ômega, Paraná, São José, Santa Rosa e Santa Luzia, que demonstram a eficácia das ações realizadas de modo que recomenda-se o fechamento dessa NC menor.</p>
<b>Situação atual da NC/OM:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>consulte descrição acima</i> )

<b>Constatação Número: 2019-02</b>	
<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva</b> ( <i>ou ação de melhoria</i> ) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	4.1.b)
<b>Não conformidade</b> ( <i>ou Oportunidade de Melhoria</i> ): O EMF elaborou um mapa no qual sobrepõe as áreas de manejo com a base ottocodificada (BHO) da Agência Nacional das Águas e descreve no PMF em quais bacias hidrográficas estão inseridas. Porém, na caracterização apresentada, não foi possível identificar quais áreas de manejo pertencem a cada microbacia, bem como as características principais de cada uma dessas microbacias.	
<b>Evidência da Não Conformidade</b> ( <i>ou Oportunidade de Melhoria</i> ): PMF item 1.3.2 Aspectos Ambientais Hidrografia Mapa de recursos hídricos: Caracterização de Bacias Hidrográficas	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
<b>Ação Imediata</b> ( <i>quando aplicável</i> )	Para tratamento da OM 2019-02 foram tomadas as seguintes ações imediatas: - Reunião de alinhamento com a equipe de P&D em novembro de 2019, especificamente com pesquisador de Ecofisiologia, para apresentação das necessidades e exposição do assunto; - Levantamento das informações referentes a base da empresa; - Definição de estratégias para mapeamento das sub-bacias, microbacias e suas relações com as áreas de manejo da empresa.
<b>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</b>	Para identificação da Causa Raiz, utilizou-se o método dos “5 Porquês” e identificou-se que o detalhamento em microbacia hidrográfica não era item imprescindível para o manejo florestal, devido a estabilidade da base e do conhecimento prévio dos impactos gerados pelas operações de manejo.

	As atividades do manejo florestal são regidas por procedimentos, instruções de trabalho e monitoramentos de campo capazes de mapear e mitigar possíveis aspectos e impactos do manejo nas bacias hidrográficas.
<b>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</b>	Considerando a expansão da base florestal da Bracell SP e a necessidade de conhecer possíveis impactos do cultivo de eucalipto em relação a disponibilidade hídrica, em parceria com o IPEF (PROMAB), será realizado um trabalho intitulado “ANÁLISE DA RESILIÊNCIA HIDROLÓGICA DOS PLANTIOS FLORESTAIS: REPRESENTATIVIDADE DO MONITORAMENTO EM MICROBACIAS”, fornecendo os seguintes produtos: - Mapa das áreas da empresa com a distribuição da sensibilidade natural, intensidade do manejo e índice de resiliência; - Laudo e análise dos mapas e da representatividade do monitoramento; Este trabalho terá a duração de 12 meses a partir da assinatura do contrato, estando sua execução prevista para 2021.
<b>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</b>	O plano de implementação pode ser observado no item 4 do Anexo da Proposta.
<b>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima):
<b>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</b>	Como evidência de implementação da ação corretiva, pode-se avaliar o Projeto elaborado em parceria com o IPEF, assim como o contrato para a realização do mesmo. A medida que as ações forem sendo realizadas, relatórios de acompanhamento serão fornecidos ao empreendimento que incluirá novas áreas ao programa à medida que houver a expansão de sua base florestal.
<b>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</b>	O EMF identificou a oportunidade de melhoria e adotou as seguintes ações: 1- definiu um projeto para identificação das microbacias dentro de sua paisagem de áreas plantadas e cálculo de sua representatividade através de atribuição do índice de Resiliência – contrato firmado em 01 de julho de 2020, no âmbito do PROMAB (Programa Cooperativo de Monitoramento e Modelagem de Microbacias Hidrográficas), no IPEF; 2- está finalizando a atualização de sua base cartográfica de cerca de 200 mil hectares para envio ao IPEF; 3- finalizou a seleção de microbacias para a instalação de dois vertedouros numa microbacia com áreas adensadas com eucalipto e com floresta nativa, para conduzir um experimento comparativo acerca de efeitos de plantios sobre

	<p>o consumo de água. Está em avaliação final a fazenda que reuniu as melhores condições entre os critérios propostos;</p> <p>4- pretende, com os resultados ao final de 2021, alcançar as condições para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- compor o zoneamento hidrológico dos plantios a partir da determinação de áreas sensíveis;</li> <li>- orientar o planejamento de uso do solo e de expansão de novas áreas produtivas;</li> <li>- definir medidas mitigadoras adequadas a cada faixa de sensibilidade natural das microbacias;</li> <li>- definir as estratégias de manejo florestal para as áreas sensíveis.</li> </ul>
<b>Situação atual da NC/OM:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>consulte descrição acima</i> )

<b>Constatação Número: 2019-03</b>	
<b>Selecione uma:</b>	<b>NC maior</b> <b>NC menor</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>OM</b>
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	5.1.a)
<b>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b>	
<p>O EMF tem adotado medidas mitigadoras padronizadas, mediante a identificação de qualquer impacto social negativo no processo de levantamento de impactos, sem realizar o processo de avaliação desses impactos para determinar, por exemplo, sua frequência, intensidade e significância. Para o dimensionamento atual do manejo florestal, o EMF tem conseguido prevenir e mitigar os impactos, abolindo a etapa de avaliação. Entretanto, o EMF encontra-se em fase de plena expansão de sua base florestal, que em dois anos estará praticamente duplicada, intensificando significativamente as atividades operacionais. Com isso, a falta da fase de avaliação dos impactos negativos identificados poderá afetar a definição de medidas preventivas e mitigadoras eficazes e a definição de indicadores mensuráveis para o monitoramento da eficácia dessas medidas.</p> <p>Convém ao EMF considerar a implementação do processo de avaliação (p.e., frequência, intensidade, significância, etc.) dos impactos socioeconômicos negativos identificados.</p>	
<b>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b>	
PF042/33 – <i>Minimização e/ou mitigação de impactos sociais durante as operações florestais</i> , Revisão 7, de 14/11/2018	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	

<p><b>Ação Imediata</b> (quando aplicável)</p>	<p>Para tratamento da OM-2019-3 adotaram-se as seguintes ações imediatas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião de alinhamento entre as unidades Bahia e São Paulo, buscando entender os impactos relacionados as atividades da empresa, bem como, padronizar sua caracterização, considerando as particularidades de cada unidade;</li> <li>- <i>Benchmarking</i> interno mediante conhecimento de novos colaboradores que atuaram na esfera social em outras organizações;</li> <li>- Revisão e reestruturação do procedimento PF042/33 - <i>Minimização e/ou mitigação de impactos sociais durante as operações florestais</i>.</li> </ul>												
<p><b>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</b></p>	<p>Utilizando-se do método de “5 Porquês” a empresa identificou que o principal motivo de não haver a caracterização dos impactos de forma a determinar sua frequência, intensidade e significância, se deu pelo fato do EMF possuir uma base florestal estabilizada e através disso, controle sobre suas atividades e impactos positivos e negativos relacionados.</p>												
<p><b>Ação Corretiva determinada pelo MF (ou Ação de Melhoria)</b> (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>Com a expansão da base florestal, o EMF constituiu uma equipe de relacionamento com a comunidade direcionada a identificação e tratamento dos possíveis aspectos e impactos sociais relacionados ao manejo florestal, bem como, estabeleceu medidas mitigadoras e compensatórias em caso de impactos negativos, e medidas potencializadoras para os impactos positivos. Buscando analisar os aspectos e impactos identificados, a empresa inclui em sua matriz, critérios para mensuração da magnitude e conseqüente significância dos impactos. Através disso, terá condições de definir medidas preventivas e mitigadoras eficazes, bem como, estabelecer indicadores capazes de avaliar a eficácia das ações implementadas.</p> <p>O EMF também revisou o procedimento PF042/33 adequando à nova realidade de expansão da empresa. Dentre os pontos considerados, mencionam-se: estabelecimento das fases do monitoramento, detalhamento das ações a serem tomadas para caracterização e diagnóstico das comunidades, divulgação de canais de comunicação, entre outros pontos.</p>												
<p><b>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria)</b> (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 50%;">O que?</th> <th style="width: 25%;">Quem?</th> <th style="width: 25%;">Quando?</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Reunião com a equipe Bracell BA</td> <td>Social SP</td> <td>16 a 17/01/2020</td> </tr> <tr> <td>Realização de Benchmarking interno</td> <td>Social SP</td> <td>27/01/2020</td> </tr> <tr> <td>Revisão do procedimento</td> <td>Social SP</td> <td>26/11/2020</td> </tr> </tbody> </table>	O que?	Quem?	Quando?	Reunião com a equipe Bracell BA	Social SP	16 a 17/01/2020	Realização de Benchmarking interno	Social SP	27/01/2020	Revisão do procedimento	Social SP	26/11/2020
O que?	Quem?	Quando?											
Reunião com a equipe Bracell BA	Social SP	16 a 17/01/2020											
Realização de Benchmarking interno	Social SP	27/01/2020											
Revisão do procedimento	Social SP	26/11/2020											
<p><b>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Aceito</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima):</p>												
<p><b>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b></p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>												

<b>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</b>	Procedimento operacional atualizado; Matriz de Levantamento de aspectos e impactos sociais revisada e com todos os itens considerados; Organograma da área social;
<b>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</b>	A empresa apresentou o POP 042-33 <i>Procedimento de Relação com comunidades</i> revisado, que estabelece o “ <i>processo de identificação, avaliação e monitoramento de aspectos e impactos sociais, bem como definições de medidas de controle e mitigação de possíveis impactos negativos além de identificar impactos positivos gerados pelas operações de manejo florestal da empresa</i> ”. A identificação e avaliação dos impactos são realizados na pré-operação, durante e pós-operação. Também foi apresentada uma matriz com o “ <i>Levantamento de Aspectos e Impactos Sociais</i> ” com a caracterização dos impactos, especificando a sua frequência, intensidade e significância, além das medidas de controle. A matriz será revisada anualmente para melhoria contínua do processo de avaliação dos impactos sociais.
<b>Situação atual da NC/OM:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

<b>Constatação Número: 2019-04</b>	
<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	5.2.c)
<b>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> O EMF possui procedimentos para documentação e registro das consultas realizadas às partes interessadas e afetadas pelo manejo florestal. Foi apresentada a planilha denominada <i>Controle de Recebimentos de Reclamações, Sugestões / Comentários</i> , com os registros dos comentários recebidos e das ações tomadas. Entretanto, não há registros das respostas fornecidas ao reclamante.	
<b>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> Planilha - <i>Controle de Recebimentos de Reclamações, Sugestões / Comentários</i> .	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
<b>Ação Imediata (quando aplicável)</b>	Como ação imediata para tratativa da Não Conformidade apontada foi realizada reunião com a pessoa responsável pelo preenchimento da planilha para verificação do não atendimento e elaboração de proposta para adequação da ação requerida.
<b>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</b>	Utilizou-se o método de fluxograma para avaliação do processo de recebimento e tratativas das reclamações e sugestões e foi possível identificar que as respostas fornecidas ao reclamante não estavam sendo registradas na planilha de controle, dificultando o acompanhamento e a apresentação das evidências das tratativas.



<b>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</b>	Durante a análise da causa raiz, ações foram identificadas para correção da não conformidade apontada, sendo elas: - Inclusão de uma coluna na planilha de controle para registro das respostas fornecidas às partes interessadas, denominadas de “Evidências das Tratativas”; - Treinamento dos Analistas de Relações e Comunidade para adequado preenchimento da planilha. Desta forma, a partir do mês de agosto de 2019, todas as evidências das respostas fornecidas aos reclamantes passaram a ser registradas.		
<b>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</b>	O Quê	Quem	Quando
	Incluir uma coluna na planilha (“Evidências das Tratativas”)	Analista de Relações e Comunidade	Julho/2019
	Treinamento Analistas	Coordenação Ambiente e Certificações	Meio e Julho/2019
<b>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição a seguir):		
<b>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):		
<b>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</b>	As evidências da implementação da ação corretiva são: 1) Lista de presença da reunião para definição da ação corretiva; 2) Lista de presença de treinamento dos analistas; 3) Planilha de controle com a coluna “Evidências das Tratativas” e os registros contidos nos respectivos links.		
<b>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</b>	<b>Abril 2020:</b> Para correção da não conformidade, o EMF inseriu uma coluna na planilha <i>Controle de Recebimentos de Reclamações, Sugestões / Comentários</i> , para registros das respostas fornecidas à parte interessada/reclamante, bem como da concordância ou não da parte. A empresa realizou, no dia 29/07/2019, treinamento com os colaboradores envolvidos no sistema de gestão de demandas, para o preenchimento correto da nova versão da planilha. Também foi apresentada a planilha preenchida com as demandas recebidas a partir de 16/09/2019, contemplando as ações da empresa, um resumo da resposta dada, bem como a data da resposta. Apesar disso, em relação à clareza da resposta dada à parte demandante, foi evidenciado que na planilha, em alguns casos, não está clara a resposta dada ao reclamante, e consta apenas a descrição das ações tomadas pelo EMF. <b>Assim, essa NC não pode ser fechada e, considerando que o prazo encerra na próxima auditoria anual, sua implementação será verificada nessa oportunidade.</b>  <b>Outubro 2020:</b>		



	<p>O EMF apresentou a planilha “Registro de demandas partes interessadas_Abr a Set 2020_rev.1”, assim como o registro de tratativa das ocorrências nº 203, 240, 244, 251, 258 e 283. Nos registros apresentados foi incluso um resumo da resposta fornecida ao reclamante, bem como a data da resposta. Foi inserido também, um link para acesso às evidências das ações tomadas e das respostas fornecidas. Observou-se que apenas os casos onde o retorno foi feito via telefone, não há evidência da conversa, mas a data do contato telefônico e o seu teor foram descritos na Coluna Q, intitulada “Resposta ao Reclamante”, da planilha supracitada. Nesse caso, a evidência deve ser obtida através de entrevista com a parte interessada/reclamante.</p> <p>Sendo assim, foi possível atestar que o EMF está registrando devidamente os comentários recebidos, as ações tomadas e as respostas fornecidas ao reclamante.</p>
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

#### 4.2 Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria

<b>Constatação Número: 2020-01</b>	
<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	<b>1.3.d)</b>
<b>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria)</b> Foi verificado que o EMF possui uma AET (Análise Ergonômica do Trabalho) para a equipe própria. Porém, na verificação documental observou-se a ausência de avaliação das atividades desenvolvidas por algumas EPS na UMF quanto à obrigatoriedade de elaboração de laudo ergonômico. Assim, o EMF deve avaliar se as atividades desenvolvidas na UMF se enquadram ou não na obrigatoriedade de laudo ergonômico, conforme a obrigatoriedade na NR 17, e providenciar a análise ergonômica do trabalho pelas EPS.	
<b>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> Ausência de AET – Análise Ergonômica do Trabalho de EPS.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
<b>Ação Imediata (quando aplicável)</b>	Visando o atendimento da não conformidade apresentada, a empresa realizou as seguintes ações como forma de contenção da situação identificada: - Análise técnica para identificar se as demais atividades desenvolvidas pelas EPS se enquadravam ou não na obrigatoriedade de realização da AET, conforme estabelecido pela NR 17. - Realização de novas cobranças que já estavam sendo feitas para as EPS que foram identificadas e, que no momento da Auditoria, ainda não possuíam a AET, solicitando assim, a realização da mesma e apresentação do referido laudo em caráter de urgência, haja vista a equipe de segurança já estar cobrando a adequação delas.

<b>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</b>	Utilizando a metodologia de “5 Porquês”, a empresa identificou que a causa raiz para a não realização dos laudos de ergonomia pelas EPS se deviam ao fato de que as mesmas estavam se estruturando (pessoas, equipamentos, etc) para atender as demandas da Bracell SP e, portanto, ainda não conheciam todas as atividades a serem realizadas e obrigações relacionadas impostas pela legislação. Ressalta-se ainda o período de pandemia do COVID-19, o qual limitou o acesso de profissionais de outras regiões para a realização das análises ergonômicas.		
<b>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</b>	O EMF realizou novas cobranças, solicitou apoio aos gestores do contrato e elaborou a planilha de controle, afim de verificar a apresentação do Laudo Ergonômico do trabalho, o qual foram mapeadas todas as EPSs que atuam na área Florestal e seu atendimento quanto a elaboração da AET. Com base na verificação, foram realizadas cobranças junto as EPS que não apresentaram a referente Análise, buscando assim, seu atendimento legal e consequente cumprimento da legislação aplicável. Complementar ao controle realizado, o tema passou a ser trabalhado em reunião de CIPATR, dando visibilidade ao assunto e engajando as empresas para o atendimento. A equipe técnica da Bracell SP, auxiliou as EPS quanto ao entendimento da obrigatoriedade legal e da relevância do tema. Após o acompanhamento pela área de segurança, todas as EPS que atuam na área Florestal apresentaram os laudos ergonômicos.		
<b>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</b>	<b>O que?</b>	<b>Quem?</b>	<b>Quando?</b>
	Análise da obrigatoriedade de realização da AET por parte das EPS	Segurança do Trabalho	21/12/2020
	Contato com as EPS que não apresentaram a AET	Segurança do Trabalho	15/01/2021
	Elaboração da planilha de controle	Segurança do Trabalho	02/12/2020
	Apresentação do status de atendimento nas reuniões de CIPATR	Segurança do Trabalho	02/12/2020
	Ata de reunião da CIPATR	Segurança do Trabalho	02/12/2020
	Apresentação dos Laudos Ergonômicos do Trabalho	Segurança do Trabalho	31/03/2021
<b>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)		
<b>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):		
<b>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</b>	As evidências da implementação da ação corretiva são: 1) Planilha de Monitoramento de Laudos Ergonômicos do trabalho. 2) Apresentação das reuniões de CIPATR abordando o tema AET. 3) ATAs das reuniões de CIPATR. 4) Laudos ergonômicos das EPS que estavam pendentes durante a auditoria e empresa recém-contratada no mês 01/2021.		

	5) Análise da obrigatoriedade de apresentação da AET pelas EPS. 6) Contatos com as empresas que não apresentaram a AET.
<b>Revisão da SysFlor</b> <i>(Análise de eficácia)</i>	Foi evidenciado que o EMF realizou uma análise a respeito da obrigatoriedade da elaboração da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) pelas EPS e concluiu que todas as que atuam na UMF deveriam elaborar tal documento. Com isso, o tema foi trabalho na reunião da CIPATR de Janeiro/2021, listando as EPS que estavam com a AET pendente e explicando a importância e obrigatoriedade do documento, conforme evidenciado na apresentação da CIPATR e na Ata da reunião, datada de 27/01/2021. Foram apresentados ainda os e-mails de cobrança enviados para as EPS com AET pendente, as quais responderam informando que apresentariam a AET até março de 2021. O EMF também elaborou uma planilha de controle das AETs das EPS ( <i>Planilha de Monitoramento de Laudos Ergonômicos do Trabalho</i> ), onde é possível evidenciar que todas as 19 EPS que atuam na UMF apresentaram o laudo. Por fim, foram apresentadas as AETs das EPS que estavam pendentes na ocasião da auditoria. Assim, recomenda-se o fechamento dessa não conformidade.
<b>Situação atual da NC/OM:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>consulte descrição acima</i> )

<b>Constatação Número: 2020-02</b>	
<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva</b> ( <i>ou ação de melhoria</i> ) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	<b>2.2.h</b>
<b>Não conformidade</b> ( <i>ou Oportunidade de Melhoria</i> ) Durante a consulta pública com partes interessadas, a Secretaria de Agricultura de um dos municípios de abrangência do EMF manifestou interesse em manter uma parceria com a empresa no sentido de divulgar e incentivar a participação de proprietários rurais, arrendadores de áreas para a empresa, num programa de recuperação de nascentes conduzido pela Secretaria, com verbas de um Comitê de Bacia. Dessa forma, seria interessante ao EMF avaliar o estabelecimento de parcerias com programas de prefeituras municipais em sua área de influência, com vistas a ampliar a adesão de proprietários rurais das bacias de sua base de atuação na restauração das APPs sem vegetação, promovendo assim a conectividade ecológica em nível de paisagem.	
<b>Evidência da Não Conformidade</b> ( <i>ou Oportunidade de Melhoria</i> ): Consulta pública com partes interessadas.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
<b>Ação Imediata</b> ( <i>quando aplicável</i> )	
<b>Análise da Causa Raiz</b> determinada pelo EMF:	
<b>Ação Corretiva</b>	

<b>determinada pelo EMF</b> (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
<b>Plano de Implementação da Ação Corretiva</b> (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
<b>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva</b> (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)
<b>Prazo para implementação da ação corretiva</b> (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação</b> (ou ação de melhoria)	
<b>Revisão da SysFlor</b> (Análise de eficácia)	
<b>Situação atual da NC/OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

<b>Constatação Número: 2020-03</b>	
<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva</b> (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	2.3. b)
<b>Não conformidade</b> (ou Oportunidade de Melhoria): Foi evidenciada a ausência de instrução a respeito da forma de retirada e armazenamento temporário de produtos químicos, caso necessário, no procedimento PF016/33 - GERENCIAMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS.	

<p>Em inspeção à atividade de aplicação de herbicida, foi verificada diferença de procedimento de retirada de agroquímico do depósito Bracell entre duas frentes de operação: Faz. Sta. Cruz Monte Belo (EPS 01) e Faz. São Domingos II (EPS 02).</p> <p>Foi relatado que a retirada de produto para utilização é semanal (EPS 01) e diária (EPS 02), apesar disso, foram verificados os registros de retiradas dos produtos, e contratou-se que as datas de retirada, em um dos casos, é de 05/11/2020 e o produto estava sendo utilizado em campo na data de 01/12/2020, ou seja, cerca de 30 dias após a retirada. Sobre o armazenamento temporário do produto, constatou-se que em uma situação o volume não utilizado no dia permanece no próprio caminhão de transporte dos produtos, e em outra situação, é depositado em caixa (baú) do caminhão pipa. Apesar disso as formas de armazenamento temporário e o tempo de retenção após a saída do depósito principal não estão previstas em procedimento.</p>	
<p><b>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b>  <i>PF016/33 - GERENCIAMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS</i>; inspeção à atividade de aplicação de herbicida em duas frentes de operação: Faz. Sta. Cruz Monte Belo (EPS 01) e Faz. São Domingos II (EPS 02); entrevista com responsáveis.</p>	
<p><i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i></p>	
<p><b>Ação Imediata</b> (quando aplicável)</p>	<p>Para tratamento desta não conformidade adotaram-se as seguintes ações imediatas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião com os gerentes das áreas de Planejamento &amp; Controle e Silvicultura para apresentação da não conformidade apontada (Evidência 01);</li> <li>- Definição de responsabilidades relativas ao controle de insumos florestais (Evidência 01);</li> <li>- Envolvimento da equipe de Desenvolvimento Operacional para apoiar na padronização do processo e na revisão dos documentos correlatos (Evidência 02);</li> <li>- Reunião com coordenadores e supervisores para definição da periodicidade de retirada dos insumos dos depósitos (Lençóis Paulista e Pirajuí), assim como, atribuir a responsabilidade do controle aos mesmos (Evidência 03).</li> </ul>
<p><b>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</b></p>	<p>Utilizando a metodologia de “5 Porquês”, chegou a definição de que a causa raiz do problema seria a falta de padronização e uniformização dos processos realizados pelas EPSs na retirada dos insumos nos devidos depósitos e seu respectivo armazenamento temporário em campo.</p>
<p><b>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria)</b> (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>Foi realizada análise crítica da planilha “Controle de Transferência de Insumos (CTI)”, que contempla: quantidade, tipo de insumo, prestador de serviço e data de retirada. Através desta análise, foi possível mapear a periodicidade de retirada de insumos pelas EPSs e o tempo de retenção dos mesmos após a saída dos depósitos, o qual serviu de base para definição das novas diretrizes. Com base nestas informações, foi atualizado o procedimento PF016/33 - GERENCIAMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS, inserindo a periodicidade mínima para retirada dos insumos (semanal), tempo máximo de armazenamento em campo (7 dias), bem como, as recomendações para o armazenamento temporário de insumos em campo. As novas regras podem ser visualizadas nos itens 4.1.3, 4.1.4 e 4.2.3 do procedimento. Ainda, visando melhor gestão dos insumos pelos supervisores, foi desenvolvido um relatório denominado “Estoque Divisões e EPSs”. Este relatório é disponibilizado semanalmente aos envolvidos no processo e possibilita mapear</p>

	o volume de insumos sob a posse das EPSs e o respectivo tempo de armazenamento.			
<b>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria)</b> <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	<b>O que</b>	<b>Quem</b>	<b>Quando</b>	<b>Status</b>
	Atualização e aprovação do procedimento PF 016/33	Analista de Desenvolvimento Operacional	20/04/2021	Finalizado
	Realizar treinamento de capacitação e orientação junto as EPS (Transferência de tecnologia) e disponibilização do procedimento.	Analista de Desenvolvimento Operacional	30/04/2021	Finalizado
	Análise crítica do relatório de estoque de insumos (mensalmente)	Especialista de Silvicultura	Contínuo	Em andamento
<b>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>			
<b>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):			
<b>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</b>	As evidências de implementação da ação corretiva são: 01) Planilha – Controle de Transferência de Insumos; 02) PF 016/33 – Gerenciamento de Produtos Químicos; 03) Relatório “Estoques Divisões e EPSs”; 04) Treinamento - Gerenciamento de Produtos Químicos – material apresentado e listas de presença das EPS.			
<b>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</b>	Foi apresentada a atualização do procedimento “PF 016/33 – Gerenciamento de Produtos Químicos”, revisão 9, incluindo as formas de armazenamento temporário e o tempo de retenção após a saída do depósito principal, conforme segue: - O item 4.1.3. <i>Solicitação para Retirada de Insumos</i> (p. 3) estabelece: <i>A retirada deve ser realizada no mínimo uma vez por semana considerando o planejamento das atividades semanais informado pela equipe da Silvicultura.</i> - O item 4.1.4 <i>Recebimento e Utilização do Produto no Campo</i> (p. 3) estabelece: <i>O tempo máximo de retenção dos insumos em campo, após a saída dos depósitos, deve ser de no máximo 7 dias.</i> - O item 4.2.3 <i>Diretrizes para Armazenamento Temporário</i> (p. 6) estabelece as recomendações de armazenamento temporário em campo de forma a evitar o impacto ambiental e garantir a segurança dos colaboradores. O EMF realizou um treinamento com as EPS, com carga horária de 01 hora, a respeito do procedimento, conforme evidenciado no material de treinamento “Treinamento - Gerenciamento de Produtos Químicos” e nas 15 listas de presença de treinamento das EPS datadas de 26, 28 e 29/04/2021.			

	O EMF também apresentou as seguintes planilhas de controle: “Controle de Transferência de Insumos” e “Relatório Estoque Divisões e EPS”, a fim de controlar o volume de insumos sob a posse das EPSs e o respectivo tempo de armazenamento. Por meio desses controles, foi definido que mensalmente o EMF vai realizar uma “Análise crítica do relatório de estoque de insumos”. Assim, recomenda-se que a eficácia das ações seja verificada na próxima auditoria, inclusive verificando as condições de armazenamento em depósito intermediário, se houver. Assim, a NC permanece em aberto até a auditoria de supervisão de 2021.
<b>Situação atual da NC/OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input checked="" type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>consulte descrição acima</i> )

## 5. COMENTÁRIOS DE PARTES INTERESSADAS

De acordo com os protocolos da Sysflor, consulta às principais partes afetadas foi um componente integral do processo de avaliação. A consulta foi realizada antes, durante e após a avaliação em campo. Os objetivos distintos das consultas foram solicitar informações das partes afetadas sobre os pontos fortes e fracos do manejo da EMF relativo ao padrão e sobre a natureza da interação entre a empresa e as comunidades vizinhas.

### 5.1 Grupos de Partes Interessadas Consultadas

Grupos de partes interessadas relevantes para esta avaliação foram identificados com base na lista das partes interessadas da EMF e contatos adicionais de outras fontes. Os seguintes tipos de grupos e indivíduos foram determinados como partes interessadas principais:

Gerência e funcionários do EMF
Empresas prestadoras de serviços
Proprietários adjacentes
Organizações cívicas e de interesse social, locais e regionais
Órgãos Governamentais
Organizações ambientais e conservacionistas locais e regionais
Órgãos federais, estaduais e municipais
Outros grupos relevantes

As atividades de consulta às partes interessadas foram organizadas de maneira a dar aos participantes a oportunidade de fazer comentários, de acordo com as categorias gerais de interesses, com base nos requisitos do CERFLOR.

### 5.2 Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe onde aplicáveis

A tabela abaixo apresenta um resumo dos principais comentários recebidos das partes interessadas e as respostas da equipe de avaliação. Quando os comentários das partes interessadas desencadearam investigações durante a avaliação, as ações de acompanhamento e as conclusões da Sysflor estão descritas a seguir.



A Sysflor não recebeu nenhum comentário de partes interessadas como resultado da consulta realizada durante essa auditoria anual.	<input type="checkbox"/>
<b>Comentários das Partes Interessadas</b>	<b>Respostas da Sysflor</b>
<p>A empresa poderia ajudar a Prefeitura a cumprir metas do programa de restauração de nascentes, uma vez que possui muitas fazendas. Há uma certa dificuldade em ampliar o número de parceiros e as verbas disponibilizadas pelo Comitê de bacia do Rio Batalha estão sub-utilizadas, sendo que há muitas APPs sem cobertura vegetal que poderiam ser contempladas.</p>	<p>Os auditores verificaram que a Bracell possui uma ampla base de operações na bacia do Rio Batalha, e ocupa assento no Conselho da APA do Rio Batalha. Apesar da Prefeitura também participar deste Conselho, o EMF informou nunca ter recebido qualquer solicitação no sentido de contribuir para o programa de recuperação ambiental mencionado, conforme evidenciado no registro de demandas do EMF. Dessa forma, seria interessante ao EMF avaliar o estabelecimento de parcerias com programas de prefeituras municipais em sua área de influência, com vistas a ampliar a adesão de proprietários rurais das bacias de sua base de atuação na restauração das APPs sem vegetação, promovendo assim a conectividade ecológica em nível de paisagem. Para tanto, foi emitida a OM 2020-02.</p> <p>Cabe destacar, que em termos ambientais, verificou-se que o EMF desenvolve o Programa de Conservação de Ecossistemas tanto em áreas próprias quanto em parcerias (PMF, p. 67), o qual envolve subprogramas voltados à caracterização fitofisionômica, demarcação e mapeamento de áreas de conservação e monitoramentos da flora, avifauna e mastofauna como indicadores de conservação de ecossistemas. Também monitora a qualidade de águas superficiais em decorrências das operações florestais e a conservação do solo no interior dos talhões, estradas e áreas nativas. Assim, é possível estabelecer medidas corretivas e preventivas, que contribuam para conservação do solo.</p> <p>O Programa da empresa envolve também ações de conscientização ambiental voltadas à colaboradores, próprios e terceiros, com relação às salvaguardas ambientais e a colocação de placas educativas nas entradas principais das fazendas.</p> <p>Ao comprar uma propriedade, as áreas destinadas à conservação onde o uso anterior do solo era pastagem, produção agrícola ou florestal, que se encontram com pouca ou nenhuma regeneração natural, são recuperadas e/ou restauradas levando em consideração o potencial de regeneração da área e o contexto da paisagem do entorno, conforme verificado no subprograma “Recuperação e/ou Restauração de Áreas Degradadas ou Alteradas”. Nas fazendas em parceria, tais ações ocorrem nas APPs que pertencem ao escopo das operações.</p>
O tráfego de caminhões em estradas internas através de córregos ocasiona	O EMF não implementa estradas cruzando APPs e corpos d’água, conforme estabelecido no procedimento <i>PF012/33 Abertura e Conservação de Estradas</i> , exceto em casos onde



<p>assoreamento e recuo de nascentes em áreas da empresa.</p>	<p>não há outra alternativa. Neste caso, segue o estabelecido na legislação estadual, solicitando à CETESB a emissão de uma autorização <i>online</i>, a Via Rápida Ambiental, com a descrição do objetivo, porte e extensão da intervenção.</p> <p>Nas áreas, adquiridas ou em parcerias, onde já existiam passagens úmidas consolidadas segundo a Lei Florestal 12.651, antes da aquisição ou uso da área pelo EMF, estas são objeto de manutenção e monitoramento para prevenir erosões.</p> <p>Foi evidenciado que o EMF foi advertido pela municipalidade em Ofício nº 219, de 05/dez./2018 de possíveis problemas na bacia do Rio Batalha e que respondeu em 12/jun./2019, informando dos resultados da vistoria efetuada na UMF conjuntamente com uma das chefias da Secretaria para verificação dos locais. Nessa ocasião, foi possível verificar <i>in loco</i> as situações de possíveis erosões e constatar que: - Fazenda Saltinho, Agudos, SP:</p> <p>Relatório fotográfico demonstrando a estabilidade e boa condição de tráfego no local, não sendo identificado sinais de carregamento de solo. Também se observam caixas de contenção em ambos os lados da estrada durante toda a sua extensão, reduzindo a velocidade do fluxo d'água por ocasião das chuvas e, conseqüentemente, problemas de assoreamento. Na ocasião a Chefia da Secretaria presente identificou porções de solo exposto em uma das margens da travessia e solicitou a colocação de mais uma camada de brita na margem da travessia, no que foi atendido.</p> <p>O relatório menciona ainda que a ponte existente no local foi destruída duas vezes, em 2007 e 2016, devido às chuvas intensas e a força das águas. Apontou que o manejo florestal favorece a conservação deste tipo de passagem, pois o número de operações necessárias ao longo do ciclo de 7 anos da cultura do eucalipto é pequeno, sem tráfego intenso de máquinas e equipamentos, e conclui que a reconstrução da ponte seria mais impactante.</p> <p>- Fazenda São João, Agudos, SP: A fazenda é arrendada e a origem do processo erosivo está localizada na área de pastagem do proprietário, onde a Empresa não possui responsabilidade e ação direta.</p> <p>- Fazenda Santa Rita II, SP: A origem dos processos erosivos advém das águas pluviais provenientes da rodovia Agudos-Seminário. O EMF contactou o Departamento de Estradas e Rodovias (DER) e com seu apoio, construiu uma caixa de contenção paralela à rodovia. As voçorocas apontadas estavam estabilizadas, sendo um passivo ambiental pré-existente, monitoradas desde 2007. Por meio de imagens do <i>Google Earth</i>, pode-se observar significativa evolução do recobrimento da vegetação na área em 11 anos.</p>
---	--

	<p>Em 22/abr./2019, o Ofício nº 59 cobrava providências para proteção de nascente na Fazenda S. Benedito, relativas ao licenciamento ambiental da ampliação da fábrica. Respondido em 12/jun./2019 que foi verificado que o local indicado para a construção das curvas de nível não está sob responsabilidade do EMF, além do que na vistoria supracitada da área não foram identificados processos erosivos, conforme evidenciado em fotos.</p> <p>Em vistorias de campo realizadas durante a auditoria, não foram observados impactos significativos nos córregos, tais como, assoreamento ou recuo de nascentes.</p>
Não há reclamações e denúncias. A empresa realiza consultas com as comunidades locais e vizinhos.	Os auditores verificam que a empresa tem implementado diferentes ferramentas de comunicação com as comunidades locais e vizinhos, mantendo um diálogo constante para informá-las e consultá-las sobre as atividades da empresa que possam afetá-las. Mantém um levantamento atualizado dos aspectos e impactos socioambientais, envolvendo todas as áreas operacionais para identificar, prevenir e corrigir quaisquer problemas. Certamente, o fato de não ter sido evidenciado, durante a auditoria, reclamações, denúncias ou identificado questões que já estão sendo tratadas pela empresa impacta positivamente na relação com as comunidades locais e vizinhos das fazendas da empresa.

## 6. DECISÃO DE CERTIFICAÇÃO

### 6.1 Recomendação de Certificação pela equipe de avaliação

A equipe de auditores avaliou o sistema de gestão do cliente e concluiu que o escopo de certificação (ver item 7 abaixo) está adequado aos requisitos de manejo florestal aplicável.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Com base nos resultados obtidos a equipe de auditores confirma que os objetivos da auditoria foram atingidos.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Considerando que foi(or) identificada(s) não conformidade(s) maior(es) ou outra situação que possa conduzir à suspensão ou cancelamento da certificação, a equipe de auditores recomenda que seja realizada uma análise crítica por pessoal competente, diferentemente daqueles que realizaram a auditoria, para a determinar se a certificação pode ser mantida.	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A <input checked="" type="checkbox"/>
O detentor do certificado tem demonstrado total e contínua conformidade com as normas aplicáveis do Manejo Florestal. A equipe de auditoria da Sysflor recomenda que o certificado seja mantido, sujeito às auditorias de supervisão subsequentes e à resposta do EMF a qualquer Não Conformidade em aberto.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Para certificação de UMF-múltipla (ou multi-site) o EMF demonstrou que o sistema de gestão controla as atividades em todos os sites, podendo-se prosseguir com a abordagem multi-site.	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A <input checked="" type="checkbox"/>

**Comentários:** O EMF demonstrou possuir um sistema de gestão da UMF, que vem sendo implementado com melhoria contínua a cada ano, visando o total atendimento aos padrões requeridos pela certificação CERFLOR. De acordo com o resultado da avaliação da equipe de auditoria, demonstrado no relatório, o EMF está apto para a manutenção do certificado CERFLOR para o manejo desenvolvido para as florestas plantadas. Além disso, a documentação e as informações de campo evidenciadas com relação às áreas avaliadas para inclusão no escopo demonstram que o aumento de escopo pode ser recomendado.

## 6.2 Decisão de Certificação da SysFlor

Com base na verificação realizada neste relatório de auditoria e documentos associados foram constatados os seguintes aspectos:

Análise crítica da decisão de certificação	
As informações fornecidas pela equipe auditora são suficientes em relação aos requisitos e escopo de certificação?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Os objetivos da auditoria foram atingidos?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
O sistema de gestão certificado do cliente falhou persistentemente ou seriamente em atender aos requisitos de certificação, incluindo os requisitos para eficácia do sistema de gestão?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>

Parecer do responsável pela decisão de certificação	
Com base no relatório de auditoria, recomendação do auditor líder responsável (vide 6.1) e comentários sobre as não conformidades e, onde aplicável, a correção e ações corretivas tomadas pelo cliente, a decisão tomada consta assinalada seguir:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção do certificado
<input checked="" type="checkbox"/>	Extensão do escopo do certificado
<input type="checkbox"/>	Redução de escopo do certificado
<input type="checkbox"/>	Suspensão do certificado
<input type="checkbox"/>	Cancelamento do certificado
<b>Comentários gerais sobre a decisão:</b> Foi evidenciado que o EMF demonstrou um bom desempenho na avaliação de manutenção e atendeu aos requisitos para inclusão de novas áreas no escopo do certificado.	

## 7. MUDANÇAS NO ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO

As alterações ocorridas estão destacadas **em amarelo** nas seções a seguir.

### Informação do Nome e Contato

<b>Nome da Empresa</b>	Bracell SP Celulose Ltda.		
<b>Pessoa de Contato</b>	Ariel Evandro Fossa		
<b>Endereço</b>	Rod. Juliano Lorenzetti, s/n, Km 04, Distrito Empresarial Luiz Trecenti, Cx. Postal 361 – CEP 18.685-901, Lençóis Paulista/SP.	<b>Telefone</b>	(14) 3269-5100
		<b>Fax</b>	-
		<b>E-mail</b>	afossa@bracell.com
		<b>Website</b>	<a href="http://www.bracell.com">www.bracell.com</a>

## Informação para Venda CERFLOR

Informações para contato sobre Vendas FSC mesmas das acima.

### Escopo do Certificado

Tipo do Certificado	<input checked="" type="checkbox"/> UMF única	<input type="checkbox"/> UMF múltiplas (ou multi-site)
	<input type="checkbox"/> Grupo	
Membros de Grupo ( <i>se aplicável</i> )	N/A	
Número de UMFs no escopo do certificado	01	
Localização Geográfica das UMFs	Latitude & Longitude: 22°34'15,75" S e 48°49'14,45" O	
<b>Área florestal total no escopo da certificação de manejo:</b>		<b>Unidade:</b> <input checked="" type="checkbox"/> ha
<b>Manejo privado</b>	<b>199.634,89</b>	
<b>Manejo estatal</b>	-	
<b>Manejo comunitário</b>	-	
<b>Divisão da UMF em unidades manejáveis:</b>		
As unidades de áreas manejáveis da UMF são as fazendas. Estas, por sua vez, são divididas em projetos e talhões onde ocorre cada tipo de operação em dado momento.		

### Lista das propriedades no escopo de certificação

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0001	MAMEDINA	1.370,78	324,30	85,45	5,61	1.786,14
0003	UNIÃO	738,72	139,78	35,13	0,58	914,21
0004	SÃO LUIZ	194,11	44,08	9,58	0,00	247,77
0005	SANTA RITA	157,23	66,03	11,45	9,69	244,40
0006	LIMEIRA	1.301,27	235,76	69,72	7,15	1.613,90
0009	CORVO BRANCO	37,02	40,39	199,04	0,00	276,45
0010	IPIRANGA	426,75	270,63	26,25	0,59	724,22
0011	RECREIO	576,61	118,88	38,42	13,44	747,35
0012	TURVINHO I	767,86	316,41	49,13	4,11	1.137,51
0013	PEREIRA	178,46	54,29	9,74	0,00	242,49
0014	TURVINHO II	860,97	182,66	52,00	9,55	1.105,18
0015	SELVA	970,84	201,89	53,42	4,88	1.231,03
0016	BOA VISTA I	419,71	40,15	26,39	0,00	486,25
0018	BOM RETIRO I	214,33	84,81	14,22	0,16	313,52
0019	TAPERA QUEIMADA	484,87	177,65	23,72	2,70	688,94
0020	SANTA FILOMENA	39,21	63,66	2,75	0,55	106,17
0021	MENDES-UNIÃO	141,92	70,55	9,34	0,00	221,81
0022	ÁGUA DO CABOCLLO	57,79	26,28	2,16	0,04	86,27
0023	CAPIVARA II	82,12	33,69	3,95	0,00	119,76
0024	TURVINHO IV	140,18	84,86	13,38	6,25	244,67
0025	SANTA RITA II**	278,51	160,45	38,92	1,02	478,90
0026	TURVINHO III	468,95	55,39	18,03	1,99	544,36
0028	NOVA AMÉRICA	1.078,11	402,72	52,25	9,53	1.542,61

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0029	SOSSEGO I	183,51	107,81	20,27	0,76	312,35
0030	SOSSEGO II	378,10	118,91	14,67	0,50	512,18
0031	SANTA IZABEL	686,44	162,42	37,63	1,08	887,57
0033	BOM RETIRO II	56,57	25,28	5,24	0,00	87,09
0035	LAGOA RICA	1.041,43	83,45	30,78	35,17	1.190,83
0036	CAMPOS VERDES	628,74	107,47	26,06	2,56	764,83
0039	PALMITAL	156,76	81,78	12,20	7,50	258,24
0042	AGAÚ I	232,55	151,37	16,27	0,00	400,19
0046	GLEBA B	2,89	0,00	12,07	0,00	14,96
0047	GLOBO	509,54	203,69	22,37	0,00	735,60
0048	ÁGUA DO PELINTRA	138,09	7,94	12,08	0,00	158,11
0049	RONDON	65,11	2,14	5,41	0,00	72,66
0051	BELA MANHÃ	111,28	97,99	6,73	0,17	216,17
0052	TURVINHO V	335,39	149,44	14,24	0,24	499,31
0053	SANTA CRUZ	80,17	68,90	4,12	0,00	153,19
0054	SÃO ROQUE	89,29	59,29	5,81	0,00	154,39
0055	LUNARDELLI I	370,19	449,83	57,50	0,81	878,33
0056	PARAISO	57,79	31,96	6,07	0,33	96,15
0057	CABREÚVA	705,74	512,95	49,79	0,33	1.268,81
0058	ÁGUA BRANCA	72,65	48,77	6,85	2,56	130,83
0061	SÃO JOSÉ	55,12	17,47	4,56	0,00	77,15
0062	LONGEVITA	25,97	8,82	1,70	0,93	37,42
0063	SANTO ANTONIO	43,77	0,00	1,93	0,00	45,70
0067	SANTA MARIA II	319,90	146,56	25,27	2,99	494,72
0068	LUNARDELLI II	119,18	0,00	0,00	0,00	119,18
0069	SÃO SEBASTIÃO II	71,96	15,50	5,46	0,00	92,92
0070	SÃO SEBASTIÃO I	64,75	21,43	6,73	2,76	95,67
0071	RAINHA DA PAZ I	24,97	6,04	3,06	0,08	34,15
0072	RAINHA DA PAZ II	41,32	7,24	2,96	0,00	51,52
0073	SANTA LUZIA**	76,49	6,81	3,45	0,61	87,36
0074	SÃO JOÃO	112,89	182,17	16,41	0,00	311,47
0075	SÃO BENEDITO	32,63	19,84	3,83	0,00	56,30
0076	SÃO JOSÉ II	55,40	3,32	4,54	0,00	63,26
0077	MATÃO	41,88	6,93	4,01	0,00	52,82
0078	SANTA ADELAIDE	54,33	18,94	4,51	1,73	79,51
0080	SANTA ESTHER	811,77	251,50	35,69	0,24	1.099,20
0081	AGAÚ II	38,06	0,00	2,02	0,00	40,08
0082	NOVA FLORESTA	327,56	93,30	14,10	0,00	434,96
0083	MONTE BELO	43,53	25,87	2,71	0,00	72,11
0084	SÃO LUIZ II	91,07	46,53	6,44	0,24	144,28
0086	REMANSO I	100,93	9,81	4,24	0,19	115,17
0087	PETRÓPOLIS	43,08	6,14	2,42	0,00	51,64
0088	NOVA CONCÓRDIA	325,41	144,90	16,35	1,54	488,20
0089	FORQUILHA I	398,85	101,27	24,17	0,53	524,82
0090	FORQUILHA II	123,68	64,87	0,00	0,00	188,55
0091	SÃO JOÃO II	302,14	166,44	22,40	2,24	493,22
0092	ARIZONA	144,90	38,01	8,61	2,84	194,36
0093	NOVA ARIZONA	144,94	5,90	6,28	0,00	157,12

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0094	LAMBARI	189,06	59,11	9,54	0,00	257,71
0095	SANTO INÁCIO	671,57	391,46	39,09	0,55	1.102,67
0096	SÃO MARCELO	208,72	128,13	19,31	1,40	357,56
0098	BOA VISTA II	371,96	139,15	33,94	6,78	551,83
0099	SÃO JORGE	55,93	23,10	5,73	0,20	84,96
0100	DOS ANGICOS	29,40	11,17	1,86	0,31	42,74
0101	SANTO ANTÔNIO II	41,03	31,25	5,92	0,06	78,26
0102	PROMISSÃO	170,73	71,03	19,08	0,40	261,24
0103	SANTA ELIZA	551,86	181,03	34,52	3,39	770,80
0104	SALTINHO	151,47	74,90	17,45	5,17	248,99
0105	JATOBÁ II	86,55	33,92	10,93	0,00	131,40
0106	SÃO LÁZARO I	32,70	21,93	3,51	2,89	61,03
0107	VERA	60,32	13,36	4,90	0,00	78,58
0108	PROGRESSO	243,72	103,06	18,54	0,00	365,32
0109	RECANTO TRANQUILO	32,13	2,94	2,12	0,00	37,19
0110	PAINEIRAS	108,54	123,99	7,13	0,08	239,74
0111	LAGOINHA	65,48	0,00	6,09	0,00	71,57
0112	ÁGUA DA PEDRA	114,89	53,18	9,37	0,46	177,90
0113	ÁGUA PARADA	74,86	33,52	6,73	1,48	116,59
0114	GRAMINHA I	47,62	4,98	4,98	0,00	57,58
0115	SHANGRILÁ	511,11	341,88	46,78	3,15	902,92
0116	GRAMINHA II	65,57	36,30	6,89	0,31	109,07
0117	QUILOMBO I	66,24	28,22	4,12	0,00	98,58
0118	QUILOMBO II	152,42	53,94	7,16	0,00	213,52
0119	BOA ESPERANÇA I	51,95	0,00	0,00	0,00	51,95
0120	BOA SORTE	48,41	0,00	6,62	0,00	55,03
0121	REMANSO II	56,81	1,67	3,25	0,30	62,03
0122	NOIVA DA COLINA	431,44	184,42	19,98	0,84	636,68
0123	SÃO LÁZARO II	8,14	0,00	1,19	0,00	9,33
0124	SÃO BENTO	539,21	196,27	0,00	1,03	736,51
0125	ÁGUA DA TAPERA	39,04	10,80	3,42	1,05	54,31
0126	ESTIVA	406,35	96,30	17,02	1,58	521,25
0127	SANTO ANTÔNIO III	129,57	24,30	9,09	0,00	162,96
0128	GRAMADO	80,43	31,37	2,63	0,14	114,57
0129	ESTIVA III	231,33	45,70	15,64	2,32	294,99
0130	SANTA ROSA	541,04	147,23	25,01	0,38	713,66
0131	SÃO GERALDO	9,06	6,16	1,03	0,00	16,25
0132	SANTA HELENA	102,59	48,19	6,42	0,54	157,74
0133	PARAÍSO II	107,83	19,10	7,42	0,31	134,66
0134	NOVO RETIRO	94,15	1,72	4,73	0,00	100,60
0135	RETIRO	68,60	18,44	4,34	0,04	91,42
0136	FAVEIRO	125,24	30,90	7,13	0,00	163,27
0137	BARRA GRANDE	237,08	41,35	10,63	2,22	291,28
0138	PINHALZINHO	70,07	30,98	5,94	0,00	106,99
0139	BOA ESPERANÇA II	248,22	33,61	9,73	0,00	291,56
0140	CAMAPUÃ	487,54	200,45	20,73	4,39	713,11
0141	LUPA	29,34	8,88	2,40	4,65	45,27
0142	CACHOEIRINHA	22,09	7,18	1,85	0,03	31,15

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0143	RAINHA DA PAZ III	33,31	20,19	2,71	0,51	56,72
0144	RIO VERDE	889,58	519,11	46,22	3,40	1.458,31
0145	CONCEIÇÃO	179,75	111,34	13,35	7,49	311,93
0146	ÁGUA DO SEGREDO	211,12	43,23	12,12	3,77	270,24
0147	CONTORNO	78,23	61,09	5,78	4,79	149,89
0148	ALAMBARI	442,27	113,98	13,67	1,48	571,40
0149	SANTO ANTÔNIO IV	55,48	20,86	3,94	0,00	80,28
0150	MARSITACA	275,32	74,06	12,68	0,35	362,41
0151	KRIKA	86,58	8,37	7,04	0,26	102,25
0152	SÃO MARCELO II	85,71	9,03	4,52	0,00	99,26
0153	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA I	898,40	204,31	44,99	1,40	1.149,10
0154	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA II	310,53	109,36	21,77	0,27	441,93
0155	CLAVINOTE	569,69	234,72	47,10	16,34	867,85
0156	JACUTINGA	540,91	460,46	49,22	2,77	1.053,36
0157	SÃO JOÃO III	543,91	183,92	43,00	10,29	781,12
0158	NELORE DA CLÁUDIA	200,63	82,86	12,64	0,38	296,51
0159	DOM BOSCO	65,35	25,30	3,06	0,00	93,71
0160	YPÊ	18,58	2,62	2,05	0,92	24,17
0161	NOSSA SENHORA APARECIDA	15,94	6,21	2,15	0,13	24,43
0162	SANTA AMÉRICA	504,78	423,26	40,45	4,49	972,98
0163	SÃO JOÃO DO VEADINHO	237,63	64,76	19,53	0,05	321,97
0164	RIBEIRÃO CLARO	73,80	10,77	5,72	0,00	90,29
0165	FLOR DA NOROESTE	308,13	344,12	35,57	11,82	699,64
0166	GRACIFER	715,33	213,34	38,25	15,06	981,98
0167	SÃO MANOEL	88,55	4,59	7,76	0,26	101,16
0168	BONFIM	95,14	58,26	11,60	0,81	165,81
0169	ESPERANÇA	530,18	544,54	36,86	0,19	1.111,77
0170	VILA REAL	46,19	15,79	3,89	0,00	65,87
0171	BELA VISTA II	187,24	69,12	15,47	0,26	272,09
0172	GLÓRIA I	252,85	157,93	14,42	0,00	425,20
0173	GLÓRIA II	122,44	18,63	4,65	0,00	145,72
0174	CRISTO REI	228,26	112,48	14,10	0,00	354,84
0175	PARAÍSO III	381,08	376,36	28,45	40,85	826,74
0176	MARIA JÚLIA	304,78	95,76	23,85	0,00	424,39
0177	SÃO PEDRO	610,82	484,22	60,16	0,18	1.155,38
0178	BOCAINA	58,19	37,41	4,46	0,00	100,06
0179	NOSSA SENHORA APARECIDA II	93,42	23,73	6,53	0,22	123,90
0180	CONGONHAS	45,73	6,37	3,58	0,00	55,68
0181	CANAÃ	234,10	0,00	12,67	1,00	247,77
0182	SANTA THEREZINHA	259,95	184,86	17,09	0,00	461,90
0183	PINDORAMA	36,53	19,34	3,62	0,45	59,94
0184	CONCEIÇÃO II	193,18	79,96	11,55	0,00	284,69
0185	REGINA	289,07	133,28	19,17	1,36	442,88
0186	SÃO JOÃO IV	227,33	34,01	14,36	0,00	275,70

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0187	PAU D´ALHO	71,97	19,74	4,30	0,00	96,01
0188	SÃO JOAQUIM	164,55	91,66	13,43	0,00	269,64
0189	SÃO JOSÉ DO PAPIREMA	69,89	11,64	4,18	0,40	86,11
0190	ANGOLA-KIRONGOZI	907,96	684,81	60,04	2,59	1.655,40
0191	SÃO JOÃO DO TIBIRIÇÁ	131,75	162,92	8,19	0,00	302,86
0192	OURO VERDE	40,50	2,76	3,58	0,21	47,05
0193	SÃO SEBASTIÃO III	124,39	48,59	7,26	0,06	180,30
0194	ILHA	143,28	73,25	11,51	0,00	228,04
0195	BOA VISTA III	279,51	106,92	14,48	1,36	402,27
0196	QUERÊNCIA	284,96	91,56	16,74	0,25	393,51
0197	GUANDU	737,44	344,12	36,94	3,77	1.122,27
0198	MARIA ANGÉLICA	74,65	73,23	6,92	0,00	154,80
0199	BOA ESPERANÇA III	89,85	32,32	4,80	2,36	129,33
0200	VÔ NÉLO	128,39	198,77	15,79	5,59	348,54
0201	NOSSA SENHORA APARECIDA III	254,18	18,62	14,90	0,67	288,37
0202	DOS ORIXÁS	326,28	125,74	16,47	0,15	468,64
0203	SANTA HELENA II	223,50	149,48	12,39	0,00	385,37
0204	DUAS PONTES	774,46	175,41	35,36	5,36	990,59
0205	VARGEM RICA I	104,92	21,13	8,65	1,50	136,20
0206	VARGEM RICA II	47,65	6,56	2,64	0,00	56,85
0207	SANTA MARIA DO CAMBARÁ	195,23	64,21	14,81	0,94	275,19
0208	SANTA ROSA II	207,05	21,77	16,06	0,98	245,86
0209	BOM JESUS	146,08	31,35	9,65	0,56	187,64
0210	SANTA GENOVEVA	67,25	24,22	5,87	0,59	97,93
0211	BOA ESPERANÇA IV	86,61	49,42	5,35	0,00	141,38
0212	CONQUISTA	56,30	12,17	3,25	0,00	71,72
0213	ÁGUA DAS PEDRAS II	42,50	18,69	4,26	0,29	65,74
0214	LIBERDADE	71,38	47,59	6,12	0,17	125,26
0215	BOA SORTE II	20,48	12,48	1,80	0,00	34,76
0216	CONCEIÇÃO III	84,77	0,00	5,94	0,00	90,71
0217	SARANDI	182,59	142,92	14,86	0,36	340,73
0218	INDEPENDÊNCIA	136,39	50,36	7,26	0,53	194,54
0219	SANTA MARIA III	104,10	14,36	9,94	0,59	128,99
0220	NOVA ESPERANÇA	61,31	74,00	5,65	0,00	140,96
0221	PADRE BENTO	243,88	101,87	14,25	0,00	360,00
0222	BELA VISTA DO MIRIM	112,93	11,58	6,86	0,34	131,71
0223	THALENTUS	282,81	84,52	13,77	0,00	381,10
0224	SANTA HELENA III	341,42	201,59	19,85	0,80	563,66
0225	SANTA INEZ	220,86	159,28	12,70	0,00	392,84
0226	MIYADA	254,82	52,92	18,36	0,00	326,10
0227	SÃO JOÃO V	300,90	21,50	22,85	3,51	348,76
0228	CONGONHAS II	86,49	10,09	4,62	0,00	101,20
0229	URUPÊS	337,59	278,32	39,85	0,00	655,76
0230	CONCEIÇÃO IV	105,00	18,36	9,73	0,29	133,38
0231	RIO FEIO	186,40	107,70	13,43	1,15	308,68



Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0232	SÃO JUDAS TADEU DO INHEMA	147,05	95,58	10,94	0,00	253,57
0233	PORTO BELO I	171,96	23,21	8,88	0,00	204,05
0234	PORTO BELO II	107,95	17,08	4,63	4,32	133,98
0235	SÃO MIGUEL	213,15	60,62	11,10	0,00	284,87
0236	CARRETÃO I	822,50	218,10	34,36	0,41	1.075,37
0237	CARRETÃO II	247,70	71,30	8,16	0,86	328,02
0238	SANTA SILVIA	576,31	240,26	42,87	5,75	865,19
0239	EIRÓ	79,47	10,04	4,73	0,00	94,24
0240	LIBERDADE II	73,17	1,09	5,55	0,02	79,83
0241	MATÃO II	176,58	128,44	18,84	0,31	324,17
0260	REFLEM	869,18	83,01	42,88	0,00	995,07
0247	DOIS MENINOS	346,21	15,66	25,81	4,20	391,88
0270	SERRINHA	173,61	152,48	21,05	14,95	362,09
0289	PRIMAVERA	173,36	127,87	21,40	2,98	325,61
0299	SÃO MANOEL III	177,57	175,83	15,78	10,32	379,50
0901	KATAPRI	356,83	0,00	0,00	2,60	359,43
0271	IPÊ II	212,59	27,62	12,96	0,00	253,17
0300	BORBOREMA	132,99	35,84	6,89	0,00	175,72
0282	SANTA URBANA	91,63	27,41	1,68	0,59	121,31
0242	SANTA JOSEFINA	122,26	0,00	9,18	0,95	132,39
0243	COQUEIRAL	114,62	1,16	8,30	0,33	124,41
0244	ÔMEGA	425,56	29,53	28,86	0,00	483,95
0248	PARAÍSO IV	119,46	0,00	4,95	0,00	124,41
0249	SANTA ROSA III	74,80	24,11	5,56	0,00	104,47
0250	SANTA LUZIA II	58,36	1,56	8,43	0,00	68,35
0253	LUCIANA	102,87	0,00	6,22	0,00	109,09
0254	SANTA MARIANA	60,35	19,94	4,51	1,76	86,56
0256	SÃO FRANCISCO PACHECO	57,69	10,45	3,69	0,00	71,83
0257	SÃO JOSÉ III	27,10	7,67	3,57	0,13	38,47
0258	SANTA TEREZA DO LIMOEIRO	122,90	32,11	10,55	3,13	168,69
0259	SANTO ANTONIO V	175,62	39,48	13,27	0,18	228,55
0269	MONTE LÍBANO II	403,45	107,67	23,56	0,00	534,68
0275	PRATA	336,64	30,60	25,71	11,97	404,92
0276	SANTA ALICE	115,37	29,06	10,55	0,00	154,98
0277	SANTA MARIA IV	119,02	40,74	10,49	0,47	170,72
0278	SANTO ANTONIO DO ALAMBARI	183,21	14,16	11,92	0,25	209,54
0255	PARANÁ	22,03	5,65	5,72	0,84	34,24
0262	JEQUITIBÁ BRANCO	293,38	49,33	18,68	8,10	369,49
0264	MADRE CLELIA	312,75	151,24	113,52	7,90	585,41
0265	ITAMARATI	924,52	126,27	63,79	19,19	1.133,77
0267	BURITIS	636,33	255,19	28,74	25,78	946,04
0268	MONTE LÍBANO I	816,07	345,23	28,37	8,37	1.198,04
0274	BOA VISTA IV	126,53	14,88	8,90	0,00	150,31
0284	SÃO MANOEL II	135,15	189,96	16,73	22,30	364,14
0285	CACHOEIRINHA II	74,77	32,06	13,65	13,47	133,95

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0286	LIBERDADE III	171,51	0,08	9,36	0,00	180,95
0295	BARREIRO RICO	190,19	81,22	13,87	26,38	311,66
0297	SÃO JOÃO DA ESTIVA	267,01	150,42	14,26	23,09	454,78
0304	CHAPADÃO	43,24	15,61	2,27	0,00	61,12
0310	SAO CRISTOVAO	228,17	110,04	18,88	16,51	373,60
0317	RADIANTE DO SÃO LUIZ	324,73	71,98	16,60	3,26	416,57
<b>TOTAL</b>		<b>62.071,12</b>	<b>23.582,13</b>	<b>4.204,94</b>	<b>601,81</b>	<b>90.460,00</b>

\* Outros usos: Áreas que não se enquadram como área produtiva, área de conservação ou infraestrutura, mas que estão sob gestão da Bracell SP como: sedes de fazendas, redes elétricas, açudes, barramentos, etc.

\*\* As fazendas Santa Rita II e Santa Luzia tiveram aditivos de contrato de arrendamento, com aumento da área produtiva desde a auditoria anterior.

#### Lista de fazendas incluídas no escopo da certificação na auditoria de 2020

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0037	MONTE ALEGRE	144,34	20,73	8,24	2,88	176,19
0085	MACACOS	19,73	-	1,37	-	21,10
0245	SÃO PAULO	659,26	323,11	28,60	29,63	1.040,60
0251	CAPIM VELHO	35,82	3,20	1,50	-	40,52
0252	PEDRA PRETA	44,75	17,04	5,96	-	67,75
0261	NOSSA SENHORA APARECIDA IV	47,95	46,39	6,91	0,38	101,63
0263	SANTA LUZIA DO TANGARÁ	92,66	50,07	3,57	5,97	152,27
0266	CABREÚVA II	856,97	165,76	51,81	44,63	1.119,17
0272	RIO BRILHANTE	138,71	71,44	10,36	27,97	248,48
0273	SANTA AMÉLIA	239,73	176,52	17,42	24,21	457,88
0279	SANTA RITA III	124,84	49,57	14,31	24,73	213,45
0281	SÃO SEBASTIÃO IV	235,64	56,90	19,14	24,80	336,48
0283	SANTA LUZIA DO BRUMADO	219,25	126,34	15,52	12,10	373,21
0287	VAL DE PALMAS I	39,82	50,21	3,65	4,16	97,84
0288	VAL DE PALMAS II	41,47	30,27	5,23	6,67	83,64
0290	ALAMBARI II	283,38	200,11	18,79	17,27	519,55
0291	CONQUISTA II	363,62	205,50	29,29	47,17	645,58
0292	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	200,74	209,52	16,50	7,49	434,25
0293	JACUTINGA II	86,70	0,50	4,42	2,89	94,51
0294	TIBIRIÇA	436,16	308,89	29,04	79,91	854,00
0296	SANTO ANTÔNIO VI	130,82	109,86	8,47	34,79	283,94
0298	MONJOLÃO	454,70	355,12	27,44	58,99	896,25
0301	VAL DE PALMAS III	48,20		1,68	1,64	51,52
0302	MASSAPÊ	440,78	164,78	15,11	36,82	657,49
0303	BOA VISTA V	178,24	107,61	17,69	9,84	313,38
0305	SÃO JOÃO VI	171,63	12,93	8,22	9,16	201,94
0306	SANTA MARIA LUCIA	162,45	6,65	8,97	1,10	179,17
0307	SÃO JOÃO DO	85,74	74,97	5,70	6,09	172,50

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
	BELMONT					
0308	ÁGUA BRANCA II	569,15	380,97	26,61	36,33	1.013,06
0309	BOA ESPERANÇA V	265,44	86,97	12,86	28,74	394,01
0311	CANÁRIO	235,94	35,89	-	5,74	277,57
0312	COLARES	363,51	190,97	20,62	1,92	577,02
0313	GENEROSA	34,75	9,88	3,14	0,62	48,39
0314	GIRASOL	60,36	7,00	2,53	-	69,89
0315	MIRANI	382,36	34,90	3,00	1,14	421,40
0316	SÃO GERÔNIMO I	61,48	34,96	4,41	0,29	101,14
0318	ESPERANÇA II	112,96	49,34	4,98	3,73	171,01
0319	SETE MARIAS	193,48	88,59	14,16	8,04	304,27
0320	BOA SORTE III	220,47	174,44	16,32	12,38	423,61
0321	SERRARIA	49,98	137,87	4,98	1,38	194,21
0322	SANTA MADALENA I	332,63	256,70	17,85	5,91	613,09
0323	SANTA MARINA	92,55	7,74	6,08	0,65	107,02
0324	SANTA TEREZINHA II	383,36	326,28	23,71	25,78	759,13
0325	SÃO DOMINGOS	776,44	413,59	41,76	76,33	1.308,12
0326	ÁGUA BRANCA III	4,61	9,98	0,55	0,10	15,24
0327	SANTA MADALENA II	408,37	255,02	19,80	17,42	700,61
0328	BENVINDA	142,92	0,65	5,55	0,97	150,09
0329	PINGO D'AGUA	155,04	2,82	6,57	3,86	168,29
0330	AUREA	101,19	22,04	3,37	0,07	126,67
0331	SÍTIO CANAÃ	45,17		2,98	0,28	48,43
0332	SANTA BRANCA	346,17	137,49	18,55	30,18	532,39
0333	SÃO PEDRO II	83,26	19,29	7,85	14,52	124,92
0334	SÃO FRANCISCO	67,24	17,87	3,55	2,23	90,89
0335	SÃO FRANCISCO II	72,33	31,32	5,87	14,21	123,73
0336	SÃO LUIZ III	40,79	1,55	1,99	0,61	44,94
0337	RECANTO DA CÉLIA	43,13	10,41	2,76	0,12	56,42
0338	SANTO ANTÔNIO VII	287,47	69,21	15,67	7,82	380,17
0339	SÍTIO SANTO ANTONIO	44,60	-	2,99	0,04	47,63
0340	ESTIVA IV	72,64	2,20	4,53	2,46	81,83
0341	SANTA MARIA V	114,77	11,29	3,67	2,94	132,67
0342	MONTE AZUL	430,11	513,65	27,70	41,29	1.012,75
0343	SOF	212,00	87,14	10,23	31,20	340,57
0344	NOVA AMÉRICA II	599,96	433,41	49,04	108,17	1.190,58
0345	BOA VISTA DO TURVO	32,77	9,42	1,72	0,86	44,77
0346	SANTA MADALENA III	44,04	10,27	1,64	1,53	57,48
0347	VALE VERDE	671,22	383,74	30,64	15,50	1.101,10
0348	SÃO JOÃO VII	346,59	56,26	18,41	26,30	447,56
0349	BOA VISTA DO ALAMBARI II	83,30	10,13	3,35	4,80	101,58
0351	SANTA MARIANA II	800,72	320,24	46,21	70,69	1.237,86
0352	JAMAICA	342,75	102,65	17,34	16,35	479,09
0353	ARAGUAIA	213,90	116,08	8,85	9,97	348,80
0354	CANDEIAS	336,12	223,69	14,29	15,73	589,83
0355	SANTA ADÉLIA	77,24	36,58	5,33	6,74	125,89

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0356	CASA DA ROCHA	479,38	370,20	24,24	30,26	904,08
0357	NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	277,58	68,37	16,47	43,42	405,84
0358	SÃO JOSÉ IV - GLEBA I	84,41	8,94	3,14	1,44	97,93
0359	SÃO JOSÉ IV - GLEBA II	191,68	23,49	6,28	13,33	234,78
0360	SANTA LUCIA I	170,21	20,56	11,15	9,49	211,41
0361	SANTA LUCIA II	22,61	0,25	0,81	0,92	24,59
0362	SITIO BARREIRO	46,50	38,76	2,48	4,26	92,00
0363	BOA VISTA VI	40,65	2,82	2,00	1,15	46,62
0364	SANTA ANTÔNIA	195,18	20,03	6,73	2,93	224,87
0365	FAVACHINHO	148,10	39,90	5,99	2,03	196,02
0366	NEROLÂNDIA	107,60	4,12	5,83	8,51	126,06
0367	SANTA CATARINA	302,67	42,56	15,14	12,37	372,74
0368	J-UMEDA II	185,66	119,77	12,45	16,84	334,72
0369	COQUEIRO	98,60	19,56	7,21	17,21	142,58
0370	ÁGUA FRIA	270,81	91,96	14,16	1,78	378,71
0371	MANGA LARGA	494,23	405,99	23,80	14,05	938,07
0372	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA III	346,36	244,00	14,27	10,16	614,79
0373	NOSSA SENHORA DA SALETE	288,21	33,45	7,93	0,60	330,19
0374	SANTO ANTÔNIO VIII	314,44	81,36	14,19	10,13	420,12
0375	SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	644,03	508,25	44,80	56,45	1.253,53
0376	SÃO FRANCISCO III	263,64	86,01	10,92	12,59	373,16
0377	REVOLTA	194,81	67,24	10,43	0,63	273,11
0379	NOSSA SENHORA AUXILIADORA	308,28	82,09	15,83	19,64	425,84
0380	ONDA VERDE	68,60	39,71	6,33	17,97	132,61
0381	SÃO GABRIEL	282,45	31,90	10,99	17,68	343,02
0382	BOM JESUS II	213,63	12,81	7,53	4,90	238,87
0384	PACAS DO TABOCAL	144,84	35,26	7,60	-	187,70
0385	RANCHARIA	234,90	194,33	16,54	16,47	462,24
0386	CORVO BRANCO II	5,79	-	0,21	0,01	6,01
0387	SANTO ANTÔNIO DIMAR	297,50	233,49	15,06	34,35	580,40
0388	JOÃO VENTURA	72,09	16,42	3,54	0,25	92,30
0389	SANTA EMÍLIA	108,82	79,59	7,21	51,89	247,51
0390	TORRÃO DE OURO	316,99	268,90	13,21	25,84	624,94
0391	ESTÂNCIA ELIENE	53,13	4,03	3,02	0,84	61,02
0392	JOSÉ AUGUSTO	154,62	38,33	6,35	8,96	208,26
0393	FERNANDA	90,84	-	5,26	7,91	104,01
0394	SÃO JOÃO DO INHEMA	209,72	39,92	12,07	7,56	269,27
0395	JOAQUIM ÁLVARO	88,58	27,44	4,39	8,34	128,75
0396	JOSÉ ALVARO	119,09	26,99	4,80	7,88	158,76
0397	RETIRO SANTO ANTÔNIO	107,19	12,05	5,50	4,50	129,24
0398	BOA VISTA VII	154,82	25,05	7,20	3,23	190,30

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0399	SANTA TEREZINHA DOS QUARENTA	657,08	141,84	48,13	97,80	944,85
0400	CACHIMBÃO	23,81		2,30	0,25	26,36
0401	COLINA	82,35	38,25	5,35	-	125,95
0404	SALTO DO LONTRA	217,25	18,59	4,89	2,81	243,54
0405	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA IV	126,20	111,17	7,86	9,09	254,32
0406	LARANJAL	80,54	19,56	3,11	5,42	108,63
0407	ASA BRANCA	41,48	7,10	2,66	3,50	54,74
0408	LOBO E ARARAS	185,39	139,96	11,70	0,21	337,26
0409	ALVORADA II	57,94	29,96	5,57	24,92	118,39
0410	FLORESTA	174,77	70,24	9,88	7,57	262,46
0412	SÍTIO TEREZA	84,64	29,29	5,01	0,35	119,29
0413	CÓRREGO DO CAMPO II	451,22	82,53	25,88	6,91	566,54
0414	SANTA LUZIA III	54,22	23,33	2,64	8,86	89,05
0415	SANTA TEREZA	13,40	0,81	0,71		14,92
0416	SANTA TEREZA II	30,71	13,56	1,50	4,57	50,34
0418	SANTA TEREZINHA III	30,95	2,67	2,41	1,48	37,51
0420	OITO PONTAS	646,42	520,23	14,76	14,31	1.195,72
0421	SANTA TEREZINHA IV	107,18	75,28	-	112,82	295,28
0422	EBENÉZIA	278,25	53,96	13,45	27,70	373,36
0423	SANTO ANTÔNIO IX	135,67	15,72	5,06	4,36	160,81
0425	PLANALTO	893,23	648,06	37,20	48,94	1.627,43
0427	SÃO CRISTÓVÃO II	77,87	7,70	3,30	2,38	91,25
0428	SÃO MANOEL IV	249,70	170,17	18,08	18,08	456,03
0429	PASTO DO LONTRA	211,28	93,57	12,71	24,95	342,51
0430	SANTA MARIA VI	113,13	4,86	4,29	0,15	122,43
0431	SANTO ESTEVAM	210,19	98,19	14,70	19,52	342,60
0432	SANTO ANTÔNIO XI	92,08	30,47	4,62	1,62	128,79
0433	DONA LOURDES	135,55	39,63	3,99	14,84	194,01
0434	SÃO FRANCISCO V - MARÍLIA	152,21	34,87	9,94	12,01	209,03
0435	ANCHIETA	98,99	64,60	5,40	3,26	172,25
0436	NOSSA SENHORA APARECIDA VI - GÁLIA	105,88	109,06	11,53	11,78	238,25
0437	HORIZONTE	123,26	17,50	3,10	1,53	145,39
0438	BOA VISTA VIII - ITAQUERÊ	361,34	439,74	16,67	0,96	818,71
0439	ESTÂNCIA SANTA LAURA	64,56	4,73	2,74	5,93	77,96
0440	SANTA LUZIA DO VARJÃO - GLEBA A	79,02	97,49	4,47	2,51	183,49
0442	SEGREDO DA ÁGUA PARADA	93,77	37,83	5,06	4,34	141,00
0443	SANTA EMÍLIA II - GLEBA A	754,61	886,09	56,22	116,21	1.813,13
0447	SÍTIO JACUTINGA III - CABRÁLIA PAULISTA	55,78	15,04	3,75	1,37	75,94
0448	SÃO DOMINGOS II -	142,73	50,98	9,14	14,93	217,78

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
	PIRATININGA					
0449	INDIANA	158,48	52,91	-	11,12	222,51
0450	INDIANA II	95,20	-	5,35	5,57	106,12
0451	DONA MINDA	143,37	24,54	9,01	9,72	186,64
0452	SAN CARLO	55,16	9,73	2,65	1,14	68,68
0453	ESPLANADA	41,68	59,38	2,84	0,97	104,87
0454	SANTA TEREZA III - MARÍLIA	156,50	15,68	7,28	1,68	181,14
0455	SANTA VIRGÍNIA	123,89	2,29	5,28	1,31	132,77
0457	JAMAICA II - PIRAJUÍ	252,72	8,32	12,28	8,99	282,31
0458	SÃO FRANCISCO VI - PEDERNEIRAS	195,79	79,06	7,85	13,39	296,09
0459	SANTA VITÓRIA	262,93	52,64	9,85	10,04	335,46
0460	BOA VISTA IX - PIRAJUÍ	93,84	66,09	10,42	14,52	184,87
0462	IGATU - GLEBA A	289,55	116,85	6,86	7,94	421,20
0464	SANTA MARIA VII - PONGAÍ	124,92	6,68	4,60	1,39	137,59
0465	ALIANÇA III	126,38	98,47	9,00	-	233,85
0466	ÁGUA BRANCA IV - GLEBA A	78,04	21,20	4,47	4,61	108,32
0467	ÁGUA BRANCA IV - GLEBA B	47,57	0,71	2,80	0,56	51,64
0468	DUPLO R	202,40	27,07	8,06	42,56	280,09
0469	2T	101,61	10,54	8,05	8,93	129,13
0470	ESTRELA	364,95	222,10	25,59	16,87	629,51
0471	SÃO JOSÉ V - QUINTANA	425,33	181,64	28,06	33,41	668,44
0472	ALTO GRANDE	71,03	21,19	0,74	1,10	94,06
0473	AMERICANA	805,47	77,32	29,43	11,11	923,33
0474	FAXINAL	279,58	93,79	10,58	1,85	385,80
0475	IPÊ III - ITATINGA	754,91	84,76	22,97	26,66	889,30
0476	JEQUITIBÁ	79,05	6,41	1,90	2,05	89,41
0477	LOBO	714,64	70,21	19,17	0,58	804,60
0478	MACEDÔNIA	843,75	96,42	25,64	0,54	966,35
0479	PINHEIRO	672,30	108,89	20,36	47,89	849,44
0480	PITANGUEIRAS	428,98	114,89	17,33	2,73	563,93
0481	PRIMAVERA II - ITATINGA	269,98	69,02	11,20	11,98	362,18
0482	QUERÊNCIA II - BOTUCATU	145,80	32,55	5,87	15,36	199,58
0483	RINCÃO DO PINHAL	890,01	324,72	43,06	17,37	1.275,16
0484	SÃO BERNARDINO	280,63	24,74	8,91	1,58	315,86
0485	SÃO JOSÉ VI - BOTUCATU	544,56	122,59	23,70	2,16	693,01
0486	SANTA CATARINA II - BOTUCATU	860,66	249,38	41,78	0,83	1.152,65
0487	MORRO DE OURO	2.415,01	466,38	89,53	47,46	3.018,38
0488	MORRINHOS	256,71	49,41	8,39	13,13	327,64
0489	PINHEIRO II -	133,82	11,50	6,26	8,89	160,47

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
	ITATINGA					
0490	PINHEIRO III - BOTUCATU	91,85	17,31	4,38	6,43	119,97
0491	RETIRO DO FAXINAL	22,84	7,51	2,76	0,91	34,02
0492	SANTA CECÍLIA	53,42	0,40	3,43	1,43	58,68
0493	YASMIN	56,16	11,81	3,54	0,83	72,34
0494	ESTÂNCIA SANTA ISABEL	31,28	3,39	1,34	1,55	37,56
0495	SANTA MADALENA IV	59,87	52,99	4,04	9,52	126,42
0496	SANTA MARIAM	247,88	72,22	12,61	3,90	336,61
0497	ICATU	128,13	38,40	6,60	12,35	185,48
0498	NOVA ICATU	359,75	39,01	18,62	18,07	435,45
0499	SANTA ELISA II - CORUMBATAÍ	120,56	79,89	11,47	3,42	215,34
0500	PORTO SEGURO - GLEBA A	164,09	60,08	4,99	10,72	239,88
0501	PORTO SEGURO - GLEBA B	10,96		1,78	0,03	12,77
0502	NOSSA SENHORA DE GUADALUPE	106,82	83,87	7,50	3,98	202,17
0503	SÍTIO BANDEIRANTES	75,15	18,04	6,53	7,77	107,49
0505	BORSOI	34,72	15,69	3,40	2,46	56,27
0506	PARAÍSO V	78,88		1,87	0,99	81,74
0507	ITAGUAÇU	380,90	345,10	28,76	1,65	756,41
0508	SANTA HELENA IV - AGUDOS	318,92	246,78	18,46	5,71	589,87
0509	SANTA FILOMENA II - PIRAJU	105,36	12,31	9,34	13,21	140,22
0510	LAGEADO	100,96	77,91	8,90	59,40	247,17
0511	GANESI	257,21	93,12	8,24	2,78	361,35
0512	SÃO LUIZ IV - TEJUPÁ	42,34		2,44		44,78
0513	PINHAL I	80,71	1,09	4,42	2,79	89,01
0515	SÃO SEBASTIÃO DO BELMONT	548,97	323,11	41,89	66,96	980,93
0516	SANTA FELICIDADE	221,78	29,09	12,11	18,20	281,18
0517	BARREIRO RICO II - GLEBA A	153,87	46,68	7,10	10,15	217,80
0518	BARREIRO RICO II - GLEBA B	76,48	49,22	5,91	8,91	140,52
0519	BARREIRO RICO II - GLEBA C	92,58	36,04	5,79	7,85	142,26
0520	BARREIRO RICO II - GLEBA D	216,58	210,90	10,61	6,94	445,03
0521	ARARIBÁ	149,23	1,19	4,75	0,08	155,25
0522	DAS FLORES	62,72	0,61	2,99	5,51	71,83
0523	TRÊS IRMÃOS	64,21	3,26	1,60	0,37	69,44
0524	ESPÍRITO SANTO	150,99	75,35	13,64	12,54	252,52
0525	SANTO ANTÔNIO DO PAU D'ALHO	310,94	374,42	18,47	5,47	709,30
0526	SANTA IZABEL II - AGUDOS	1.952,17	588,23	121,05	24,65	2.686,10

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0527	SÃO JOÃO VIII - SÃO MIGUEL ARCANJO	39,71	21,69	3,37	7,09	71,86
0528	SANTA RITA DE CÁSSIA	877,74	257,05	41,62	41,79	1.218,20
0529	SÃO CRISTÓVÃO III - AGUDOS	86,75	19,88	6,32	11,90	124,85
0530	FORQUILHA III - PIRATININGA	161,71	143,80	12,80	15,98	334,29
0531	SANTA EDWIRGES I	251,67	62,38	11,95	26,06	352,06
0532	SANTA EDWIRGES II	54,18	8,20	2,15	3,22	67,75
0533	SANTA EDWIRGES III	48,28	13,58	2,53	3,37	67,76
0534	SÃO CARLOS II - MARÍLIA	98,07	14,75	5,81	9,42	128,05
0535	SANTANNA	230,87	171,79	21,36	28,60	452,62
0536	SÍTIO SANTO ISIDORO	68,90	14,88	5,94	5,82	95,54
0537	TANGARÁ	552,81	177,23	28,93	19,93	778,90
0538	ESTÂNCIA MARCOS ANDRÉ	36,46	0,19	2,57	2,95	42,17
0539	DAS PAINEIRAS	158,55	44,05	7,05	6,71	216,36
0540	NOVA QUERÊNCIA	51,81	107,84	4,17	17,74	181,56
0541	VELHA - GLEBA A	730,49	307,48	17,95	13,08	1.069,00
0543	CORRENTE	76,44	14,29	4,03	2,09	96,85
0544	ESMERALDA	77,99	58,14	7,93	2,71	146,77
0545	BOA VISTA X - RIBEIRÃO BONITO	122,21	107,26	12,05	7,56	249,08
0546	REPRESA - GLEBA A	510,47	165,00	11,47	19,80	706,74
0547	REPRESA - GLEBA B	242,30		3,90		246,20
0548	SANTA ELIZA III	125,57	91,57	13,94	4,12	235,20
0549	MARÍLIA II	79,87	21,98	3,56	2,80	108,21
0550	SANTA JOVITA	332,15	209,01	20,30	10,99	572,45
0551	LAGEADO II - PARANAPANEMA	227,81	130,45	33,49	72,61	464,36
0552	BOCAINA DA BOA VISTA	93,48	32,34	5,86	6,30	137,98
0557	BACURY	154,46	74,66	16,63	12,67	258,42
0558	SANTA CECÍLIA II	61,86	4,54	3,00	2,15	71,55
0559	SANTA MARTA - GLEBA A	54,93	12,49	3,25	2,52	73,19
0561	SANTO ANTÔNIO DO PALMITAL	63,29	0,42	0,72	8,52	72,95
0563	BREJÃO CORREDOR	26,98	0,03	0,24	0,04	27,29
0564	BARRA MANSÁ	150,37	51,98	13,22	19,93	235,50
0565	SANTA MÔNICA	177,86	148,73	24,18	17,70	368,47
0566	MORRO VERDE	410,78	182,46	26,80	22,69	642,73
0571	SÃO GERÔNIMO II	71,46	4,76	4,24		80,46
0572	VALE DO TIBIRIÇÁ	58,69	6,59	3,96	3,26	72,50
0573	NATIVIDADE	45,52	3,68	2,51	3,02	54,73
0574	MORUNGABA	45,71	12,37	2,42	3,14	63,64
0576	SÃO FRANCISCO IV - GETULINA	285,18	52,89	15,75	2,91	356,73



Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0577	SÃO VICENTE DO POÇO DA PEDRA	121,88	62,97	7,92	5,65	198,42
0578	BELA VISTA GLEBA I	89,33	29,23	5,66	7,90	132,12
0579	SANTA HERCÍDIA	348,96	267,63	21,48	77,23	715,30
0580	SÃO JOSÉ VII	167,87	36,29	12,36	8,39	224,91
0581	SANTA PAULA	98,34	36,83	4,73	4,63	144,53
0582	LAGOA BONITA	141,44	40,68	8,09	4,97	195,18
0583	IPANEMA	107,89	14,06	5,73	6,08	133,76
0584	SONHO MEU	213,66	46,55	12,42	14,14	286,77
0585	TODOS OS SANTOS	109,79	72,01	6,18	8,79	196,77
0586	ESTÂNCIA OLIVEIRA	34,68	10,26	2,26	0,97	48,17
0588	RIO BONITO	55,85	16,86	3,43	7,38	83,52
0589	BREJÃO II	44,82	2,10	3,22	1,90	52,04
0590	ESTÂNCIA ALMEIDA	35,33	9,99	3,26	4,06	52,64
0591	SÃO JOSÉ VIII	160,22	23,18	8,83	6,72	198,95
0592	ÁGUA DO MACACO	54,56	-	3,61	-	58,17
0593	SANTA MARIA X	129,45	2,74	7,95	1,72	141,86
0596	SÃO JOSÉ IX	29,60	16,10	2,40	8,67	56,77
0597	NOVA IRAJÁ	245,86	175,52	17,09	39,43	477,90
0598	CAMPO VERDE II - GLEBA B	30,81	13,65	3,64	1,02	49,12
0599	SÍTIO NOVO HORIZONTE	68,34	62,92	5,66	10,42	147,34
0600	SÍTIO DO LONTRA	38,44		2,19	0,68	41,31
0601	SÃO PEDRO III	73,05	26,90	7,86	7,62	115,43
0602	ALTO DA FIGUEIRA	23,12	7,80	4,00	2,17	37,09
0603	BRINCO DE OURO	577,60	195,92	33,41	25,35	832,28
0604	SÃO BENEDITO II - GUAIMBÊ	131,03	16,03	6,24	2,12	155,42
0605	PINHALZINHO II - ITAPETININGA	278,35	98,22	23,96	27,22	427,75
0607	SEMEADOR	242,25	101,69	16,13	2,38	362,45
0608	SANTA MARIA XI - GETULINA	427,54	196,18	23,80	15,93	663,45
0610	UNIVERSAL	109,28	72,49	7,56	4,90	194,23
0611	QUERÊNCIA III - AGUDOS	280,59	94,94	14,52	3,78	393,83
0613	PEDRA BRANCA	31,60	5,68	2,89	1,37	41,54
0614	DIMEP I	308,58	75,44	10,28	2,30	396,60
0615	DIMEP II	285,09	74,22	6,68	0,03	366,02
0618	MAGNÓLIA III	24,73	9,79	1,56	0,02	36,10
0619	MAGNÓLIA IV	57,01	54,13	6,17	2,34	119,65
0620	SANTO ANTÔNIO XII - PIRATININGA	60,15	5,51	3,23	0,85	69,74
0621	TERRA ROXA	46,73	52,04	4,72	4,16	107,65
0622	CHAPADÃO II - PEDERNEIRAS	84,10	20,03	6,65	3,10	113,88
0623	SÃO JOAQUIM II	347,25	30,45	22,31	17,94	417,95
0625	NOSSA SENHORA APARECIDA VIII	52,67	32,81	6,30	11,93	103,71

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0626	SÃO SEBASTIÃO V - AREALVA	141,64	163,69	7,96	3,58	316,87
0627	ALVORADA V - AREALVA	241,81	146,90	25,75	24,33	438,79
0629	DA SERRA	110,62	126,86	11,91	14,81	264,20
0630	SANTA HELENA V - GETULINA	93,60	4,87	5,35	3,97	107,79
0631	SANTA RITA DA PEDRA PRETA	124,74	10,91	3,88	3,66	143,19
0632	SÃO MARCOS	172,66	103,73	11,83	4,91	293,13
0633	SANTA LUCIA IV - PIRATININGA	18,87	19,49	2,04	0,87	41,27
0634	RETIRO DO TURVO	361,59	153,10	13,75	2,25	530,69
0636	BOA ESPERANÇA VI - MARÍLIA	225,35	63,50	14,82	13,64	317,31
0638	SÃO FRANCISCO VIII - GUAIMBÊ	126,72	19,78	8,80	12,07	167,37
0640	MARIA CECÍLIA	148,34	2,28	1,39	8,54	160,55
0641	BELA VISTA III - PRESIDENTE ALVES	209,08	26,45	12,62	9,66	257,81
0642	SÃO JOSÉ DA BELA VISTA II	50,98	3,66	2,30	0,87	57,81
0643	SANTA FRANCISCA - GLEBA A	152,62	127,34	16,37	11,60	307,93
0644	SANTA FRANCISCA - GLEBA B	193,17	62,66	13,14	15,92	284,89
0645	SANTO ANTÔNIO XIII - PIRATININGA	30,54	41,05	3,21	1,27	76,07
0646	CONQUISTA IV - GUAIMBÊ	300,46	116,59	16,94	5,97	439,96
0647	SANTA CRUZ DO MONTE BELO	86,13	54,47	5,97	3,07	149,64
0648	SÃO BENEDITO III - SANTA MARIA DA SERRA	138,00	3,52	5,11	7,60	154,23
0649	SÃO FRANCISCO IX	145,81	51,91	10,90	28,70	237,32
0650	NOSSA SENHORA APARECIDA X - GUAIMBÊ	279,57	105,06	11,00	4,35	399,98
0651	SANTA INÊS II - AVARÉ	120,09	16,21		5,76	142,06
0652	SÃO JOSÉ X - BOFETE	128,38	93,63	8,75	27,48	258,24
0653	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA V - BAURU	107,09	7,69	2,70	0,28	117,76
0654	LUDLET	32,35	29,62	2,64	4,05	68,66
0655	SANTA HELENA VI - GARÇA	70,88	16,33	3,99	0,21	91,41
0657	SANTO ANTÔNIO DOS PALMARES	325,01	171,52	16,33	28,06	540,92
0658	SÍTIO DAS HORTÊNCIAS	107,27	8,34	7,46	3,27	126,34
0661	FAVEIRO II	29,89	4,52	1,79	0,62	36,82
0662	CEDRAL	215,99	106,35	10,36	10,25	342,95

Código	Nome Fazenda	Área Produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Outros usos* (ha)	Área Total (ha)
0663	SANTA INÊS III - AVARÉ	29,47	4,18	1,35	3,06	38,06
0665	SANTANA II - BAURU	28,54	19,59	1,56	0,94	50,63
0666	TAKANO	44,68	2,68	2,50	1,43	51,29
0668	CANOLA	46,63	6,60	1,15	1,12	55,50
0977	RIO VERDE II	115,47	24,83	5,41	0,80	146,51
2002	GUARANI I	229,45	26,28	4,00	6,52	266,25
0672	MARIA CAROLINA	105,09	2,35	5,88	2,83	116,15
0677	QUATRO MARIAS - GLEBA B	25,30	39,42	2,01	0,28	67,01
0680	ENRICO	81,37	2,39	4,65	0,86	89,27
0682	SEKI	44,70	12,44	1,49	0,47	59,10
0691	JFI	259,38	62,09	2,74	13,94	338,15
0692	NOVO HORIZONTE	250,80	167,41	8,93	19,69	446,83
0693	SÍTIO DOIS MENINOS	51,98	11,94	3,01	2,59	69,52
0694	PALMEIRAS	329,88	79,43	5,00	6,97	421,28
0695	VALE VERDE II	99,42	10,77	0,63	1,12	111,94
0696	SÃO JOÃO IX - CABRÁLIA PAULISTA	46,37	10,84	1,55	2,47	61,23
0994	BUENA VISTA I	99,62	29,02	5,74	1,73	136,11
0995	BUENA VISTA II	162,57	54,02	5,52	2,88	224,99
<b>TOTAL</b>		<b>72.000,94</b>	<b>29.168,68</b>	<b>3.806,74</b>	<b>4.198,53</b>	<b>109.174,89</b>

\* Outros usos: Áreas que não se enquadram como área produtiva, área de conservação ou infraestrutura, mas que estão sob gestão da Bracell SP como: sedes de fazendas, redes elétricas, açudes, barramentos, etc.

#### Áreas no escopo da certificação na auditoria de 2020

Áreas no Escopo	Área Plantada (ha)	Área de conservação (ha)	Infraestrutura e outros usos (ha)	Área Total (ha)
Já pertencentes ao escopo 2019	62.071,12	23.582,13	4.806,75	90.460,00
Incluídas no escopo em 2020	72.000,94	29.168,68	8.005,27	109.174,89
<b>Totais</b>	<b>134.072,06</b>	<b>52.750,81</b>	<b>12.812,02</b>	<b>199.634,89</b>

#### Floresta de Produção

Produtos florestais madeireiros	Área (ha)
Área total da floresta de produção (i.e., florestas de onde a madeira pode ser colhida), classificada como "plantação".	134.072,06
Sistema(s) Silvicultural(is)	Área sob o tipo de manejo (ha)
<b>Manejo equiâneo</b>	134.072,06
Corte-raso (amplitude da extensão do corte-raso )	134.072,06
Desbaste	0
Outro:	
<b>Manejo multiâneo</b>	0
Seleção de árvores individuais	
Seleção em grupos	
Outro:	

<input checked="" type="checkbox"/> Outro: (exemplo, viveiro, área de recreação, quebra vento, bambu, sistema agro-pastoril, sistema florestal, etc.).	12.812,02
Taxa sustentável de colheita (metros cúbicos de tora) ou Área Anual de Corte (hectares), onde for disponível.	1.051.136 m <sup>3</sup> com casca
<b>Produtos florestais não-madeireiros (PFNM)</b>	
Área da floresta protegida da colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, para a produção de PFNM ou serviços.	0
Outras áreas manejadas para PFNM ou serviços	0
Produção comercial anual aproximada de PFNM incluída no escopo do certificado, por tipo de produto.	0
<b>Explicação das pressuposições e referência à fonte de dados sobre as quais as estimativas de colheita foram baseadas:</b>	
As estimativas de colheita são baseadas nos dados de inventário florestal contínuo (IPC) realizado na empresa.	
<b>Espécies no escopo do certificado: Nome científico/latim (nome comum/comercial).</b>	
<i>Eucalyptus grandis</i> , <i>E. urophylla</i> e híbrido de <i>E. grandis</i> x <i>E. urophylla</i> .	

### Produtos

<b>Produtos de madeira</b>	
<b>Nome do Produto</b>	
Madeira roliça (toras/toretetes).	
<b>Produtos florestais não madeireiros</b>	
<b>Nome do Produto</b>	
Nenhum.	

### Áreas de Conservação

Área com ou sem floresta, protegida contra colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, com objetivo de conservação.	52.750,81 ha
--	--------------

### Áreas fora do escopo da certificação (Certificação Parcial/ Excisão)

<input type="checkbox"/> N/A – Todas as áreas florestais de propriedade ou manejadas pelo requerente estão incluídas no escopo.	
<input checked="" type="checkbox"/> O requerente possui e/ou maneja outras áreas florestais (Fazendas) que não estão sendo avaliadas.	
<input type="checkbox"/> O requerente deseja excluir do escopo da certificação partes da UMF sob avaliação.	
<b>Explicação para a exclusão das UMF e/ou excisão:</b>	As áreas fora do escopo são áreas que foram plantadas recentemente e que estão programadas para serem avaliadas para inclusão futura no escopo.
<b>Medidas de controle para prevenir a mistura de produtos certificados e não-certificados:</b>	A empresa possui um Sistema de cadastramento das fazendas, que contém todas as informações das áreas, incluindo a certificação CERFLOR. Há um planejamento anual que define as áreas a serem colhidas, as quais são monitoradas pelo Sistema de controle informatizado da empresa. Toda colheita e saída de madeira da UMF estão interligadas ao cadastro florestal que bloqueia automaticamente a emissão da nota ou CTM em caso de erros. Todos os produtos certificados são identificados e rastreados através de planilhas de produção, romaneios e CTM.

	A empresa não possui fazendas parcialmente certificadas, o que evita qualquer tipo de mistura de produtos certificados e não certificados.	
<b>Descrição das Fazendas exclusas ou áreas florestais removidas do escopo da certificação:</b>		
<b>Nome da Fazenda ou Talhão</b>	<b>Local (município, estado, país)</b>	<b>Área total (ha)</b>
SANTA MARIA	Lençóis Paulista	83,96
LAGEADINHO	Borebi	58,42
PARAGUASSU	Avaí	122,38
ÁGUA DA ONÇA	Agudos	95,61
SANTA TEREZA DO LIMOEIRO II	Paulistânia	48,74
ALVORADA	Garça	246,36
RANCHO DO VALE	Brotas	74,84
CÓRREGO DO CAMPO	Iacanga	297,42
NOSSA SENHORA APARECIDA V	Angatuba	130,32
TOCA DA ONÇA	Agudos	33,70
SANTO ANTÔNIO X	Itirapina	83,30
SANTA LUZIA DO VARJÃO - GLEBA B	Bocaina	227,25
SANTA EMÍLIA II - GLEBA B	Marília	35,79
SANTA HERMÍNIA	Garça	305,92
SÃO JOÃO DA LAPA	Itirapina	417,93
VENEZA	Pompéia	629,36
RENDEIRA	Itaju	274,02
IGATU - GLEBA B	Itaju	94,62
SÃO JOÃO DO PICO ALTO	Avaré	72,57
VELHA - GLEBA B	Botucatu	30,65
SÃO LUIZ V - VERA CRUZ	Vera Cruz	2.300,96
SANTA MARIA IX - OCAUÇÚ	Ocaçu	1.826,14
SANTA MARTHA III - MARÍLIA	Marília	1.960,55
TRÊS LAGOAS	Marília	1.896,73
SANTA MARTA - GLEBA B	Itatinga	109,24
JUDITH NOVAES	Avaré	128,15
SANTA RITA DE CÁSSIA II - RIBEIRÃO BONITO	Ribeirão Bonito	118,35
ESTÂNCIA QUARENTA	Paranapanema	64,81
TRINCHEIRA	Itaberá	95,14
GONZALEZ	Nova Campina	453,07
SÃO FRANCISCO VII	Itatinga	115,94
SANTA LUCIA III	Guareí	736,50
CAMPO VERDE II - GLEBA A	Conchas	93,19
CASA BRANCA	Piracicaba	124,28
NOSSA SENHORA APARECIDA VII - SÃO CARLOS	São Carlos	111,65
SANTA CRUZ II - PIRATININGA	Piratininga	51,92
MAGNÓLIA I	São Miguel Arcanjo	137,07
MAGNÓLIA II	São Miguel Arcanjo	417,62
SÃO GERALDO II - BORACÉIA	Boracéia	19,80
BOA VISTA - GLEBA A/B	Agudos	73,77
SÃO JOSÉ DAS ARARAS	Brotas	30,75
LAGOA II	Timburi	184,75
LAGOA I	Timburi	191,23
GRAMADO DE FORA	Brotas	120,07
SÃO FRANCISCO DA ÁGUA PARADA	Bauru	853,67
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE - GLEBA B	Garça	434,24

SITIO RIBEIRÃO ALEGRE	Ocaçu	90,55
SÃO MATIAS E SÃO JOÃO	Mombuca	279,40
ALVORADA I	Itapetininga	328,15
BARION	Echaporã	226,68
ALIANÇA	Buri	78,24
ITAMBÉ	Bom Sucesso de Itararé	100,20
ITAÍ/RINCÃO DOS CARRAPATOS	Itaí	72,78
ÁGUA DO POÇO	Paranapanema	16,00
ALVORADA IV	Itapetininga	168,08
LAGOA DOURADA	Pratânia	136,48
BUENA VISTA III	Angatuba	229,71
TAMANDUÁ	Guareí	84,06
MANGUEIRA VELHA	Itapeva	1.007,44
BOA ESPERANÇA I	Botucatu	51,95
ARAUCÁRIA	Pratânia	61,23
ÁGUAS CLARAS	Paranapanema	23,22
ALTO DO RINCÃO	Paranapanema	85,36
CORRENTEZA TORTA	Anhembí	26,60
NOSSA SENHORA APARECIDA IX	Iepê	185,27
ALVORADA III	Itapetininga	303,51
SÃO JOÃO DA FIGUEIRA	Bernardino de Campos	61,41
CAMBUÍ	Itaberá	53,41
CAPÃO ALTO	Itaberá	13,21
SÃO JOSÉ XI – PRESIDENTE ALVES	Presidente Alves	62,76
CASARÃO	Paranapanema	60,20
ESTÂNCIA DO LAGO	Paranapanema	70,32
ESTÂNCIA PADOVAN	Agudos	107,67
FAZENDA DAS POSSES - GLEBA ESTÁBULO (HOLAMBRA)	Paranapanema	88,17
MOVESA	Buri	107,75
OLINDA	Itaí	260,53
ORLA	Itaberá	17,55
PALMITAL	Itatinga	154,46
PALMITAL (JOÃO ANTÔNIO)	Itapeva	57,60
PALMITAL (JONAS)	Itapeva	19,94
PALMITAL (SUELY)	Itapeva	19,41
PARANAPITANGA I	Buri	81,54
PARANAPITANGA II	Buri	60,12
PASLAR 3	Paranapanema	62,10
REUNIDAS	Itapeva	34,80
SANTA CECÍLIA III	Angatuba	57,81
SANTA IRENE	Angatuba	48,08
SANTA JULIA	Paranapanema	64,80
SANTA JULIANA	Paranapanema	59,95
SANTA ROSA IV	Agudos	431,80
SANTO ANTÔNIO - ARANDU	Arandu	81,08
SÃO PETRÔNIO	Itapeva	67,18
SERRINHA (NIL)	Paranapanema	13,14
SÍTIO ALVORADA	Paranapanema	45,49
SÍTIO FORQUILHA	Itaberá	51,07

SUL BRASIL	Buri	202,83
TRÊS ANCORAS	Assis	163,01
TRÊS SINOS	Botucatu	107,69
TREVO IV	Anhembi	105,04
TUNEIRA	Paranapanema	46,80
FIGUEIRA BRANCA	Torrinha	56,69
MARUQUE	Itaberá	560,77
SÍTIO SANTO ANTÔNIO (PARDAL)	Lençóis Paulista	15,56
ESTÂNCIA	Quadra	297,91
PIAPARA	Botucatu	372,16
CONQUISTA III	Avaí	123,01
BELVEDERE	Arandu	159,11
SÃO LUCAS	Botucatu	398,12
SÃO ROQUE II	Botucatu	410,42
LAGEADO III (UNESP)	Botucatu	4,62
SÃO SEBASTIÃO VI	Itatinga	36,53
BREJÃO III	Itatinga	38,88
TERRA DE PAULA	Itatinga	41,19
BOM SUCESSO	Bom Sucesso de Itararé	232,92
BUGANVILLE	Itaí	78,29
BARREIRO GRANDE	Itapeva	546,12
SANTO ANTONIO DA BELA VISTA	Garça	246,96
PAU D'ALHO II	Lucianópolis	169,95
CANE	Piraju	83,86
SÃO FRANCISCO X	Piraju	50,55
SANTA ROSA V	Pirajuí	519,60
SANTANA III - GLEBA A - ITATINGA	Itatinga	311,64
SANTANA III - GLEBA B - ITATINGA	Itatinga	102,86
SÃO JOÃO E MONTE BELO	Itatinga	408,41
ÁGUA DA BICA	Anhembi	77,41
BOM JESUS III - AVAÍ	Avaí	164,55
SANTO EXPEDITO	Lupércio	192,31
SERRINHA III - BARIRI	Bariri	18,85
MONTE ALTO	Guaimbê	380,74
PEROBAL	Itirapina	53,63
RANCHO ALEGRE	Bauru	83,44
REMACIL - GLEBA B	Avaí	40,60
ÁGUA BONITA	Angatuba	242,59
SÃO JOSÉ XII - AVARÉ	Avaré	46,05
SÃO JOÃO DO BOM RETIRO	Botucatu	577,48
RETIRO II - BAURU	Bauru	23,45
REMACIL - GLEBA C	Avaí	47,50
VIRA MACHADO	Botucatu	214,75
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	São Manuel	42,33
PRIMAVERA III	Itapeva	70,95
NOSSA SENHORA APARECIDA XI	Taquarivaí	20,35
CRILULI	Itaí	10,52
ESPERANÇA III	Itaí	23,50
SANTA MARIA XII	Manduri	65,55
BUENA VISTA IV	Itatinga	133,04

LWART	Lençóis Paulista	40,25
SÍTIO JURITI	Agudos	6,80
SÃO JOSÉ XIII	Itapeva	260,09
SANTA TEREZA IV	Itapeva	160,96
SÃO PEDRO IV	Itaberá	247,06
MADRE CABRINI	Bernardino de Campos	245,60
GUARANI II	Bofete	16,16
JANDAIA	Ubirajara	128,56
LAGOA MANSA	Bariri	240,86
DO SALTO	Avaí	66,40
LAGEADINHO II - AGUDOS	Borebi	143,85
DOIS IRMÃOS	Bariri	57,00
SANTA TEREZINHA V - AVAÍ	Presidente Alves	48,78
BOA ESPERANÇA VII - AVAÍ	Avaí	27,03
SANTANA IV - BOTUCATU	Botucatu	126,73
PANORAMA	Taquarivaí	26,33
<b>TOTAL</b>		<b>32.144,56</b>

## 8. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE DADOS

### 8.1 Informação Social

#### 8.1.1 Dados dos colaboradores e registros de acidentes

<b>Número de trabalhadores florestais (inclusive prestadores de serviço) atuando na floresta no escopo do certificado (diferenciar por gênero):</b>	
<b>3393 trabalhadores homens</b>	<b>363 trabalhadoras mulheres</b>
<b>Taxa de gravidade de acidentes</b>	<b>1.252,29</b>
<b>Taxa de frequência de acidentes</b>	<b>12,37</b>

#### 8.1.2 Caracterização do contexto socioeconômico da UMF

O empreendimento da Bracell SP está localizado na região Centro-Oeste do Estado de São Paulo, no município de Lençóis Paulista, onde está localizada a fábrica de celulose. Os plantios de eucaliptos estão distribuídos em 72 municípios dessa mesma região, incluindo áreas próprias e de parcerias.

De forma geral, conforme indicadores socioeconômicos apresentados no Plano de Manejo, os resultados referentes aos municípios da área de influência mostram que:

- Considerando 40 municípios, que representam mais de 87% dos plantios, apenas o município de Iaras apresenta população rural superior à população urbana, com 55,5%;
- Em 92,5% dos municípios de atuação da empresa, o IDH-m está classificado em muito alto e alto desenvolvimento e 7,5% em médio desenvolvimento. Nenhum município se encontra em baixo ou muito baixo desenvolvimento. Isso significa que na área de atuação da Bracell SP, os municípios apresentam boas condições de saúde, educação e renda;
- Levando em consideração a área do município, as unidades de manejo da Bracell SP ocupam maiores áreas nos municípios de Paulistânia, Álvaro de Carvalho, Presidente Alves, Oriente e Cabrália Paulista.

### 8.2 Resumo anual do uso de pesticidas e de outros produtos químicos



Nome comercial do pesticida/herbicida	Ingrediente ativo	Quantidade aplicada anualmente (kg ou L)	Tamanho da área tratada anualmente (ha)	Razões para o uso
ADUBO 00.00.60	Potássio	30.500 Kg	244	Nutrição Florestal
ADUBO 09.27.09	Nitrogênio/ Fósforo/ Potássio	9.640.560 kg	36.488	Nutrição Florestal
ADUBO 11.11.11	Nitrogênio/ Fósforo/ Potássio	31.860 Kg	91	Nutrição Florestal
ADUBO 15.00.30	Nitrogênio/Potássio	1.179.016 Kg	5.528	Nutrição Florestal
ADUBO 20.00.20	Nitrogênio/Potássio	1.859.374 Kg	7.543	Nutrição Florestal
ADUBO 29.00.00	Nitrogênio	345.065 Kg	2.791	Nutrição Florestal
CALCARIO DOLOMITICO	Óxido de Cálcio e de Magnésio	19.391.331 Kg	19.989	Nutrição Florestal
FORMICIDA ISCA ATTA MEX-S	Sulfluramida	307.575 Kg	68.625	Controle de formigas
FORMICIDA ISCA DINAGRO S	Sulfluramida	70.348 Kg	26.149	Controle de formigas
FORMICIDA K OTHRINE 2P	Sulfluramida	617 Kg	2.458	Controle de formigas
HERBICIDA GLI UP 720 WG	Glifosato	10.680 L	3.280	Controle de plantas invasoras
HERBICIDA MISSIL	Haloxifope-P-metílico	5.367 L	19.570	Controle de plantas invasoras
HERBICIDA SCOUT	Glifosato	167.169 kg	45.787	Controle de plantas invasoras
HERBICIDA ESPLANADE	Indaziflam	921 L	7.694	Controle de plantas invasoras
HERBICIDA FLUMYZIN 500	Flumioxazina	7.805 kg	56.849	Controle de plantas invasoras
HERBICIDA FORDOR 750 WG	Isoxaflutole	6.012 kg	39.641	Controle de plantas invasoras
HERBICIDA SOLARA	Sulfentrazona	60 L	112	Controle de plantas invasoras
HERBICIDA ROUNDUP	Glifosato	310 L	142	Controle de plantas invasoras
INSETICIDA EVIDENCE 700 WG	Imidacloprido	949 kg	31.839	Controle de cupins
OLEO MINERAL	Óleo mineral	11.222 L	19.390	Melhorar eficiência dos herbicidas

NOTA: dados relativos ao período de janeiro a dezembro de 2019.